



INCLUSÃO E TECNOLOGIA

EM UMA PERSPECTIVA DE DESAFIOS PÓS-PANDÊMICOS

**HÉRIKA CRISTINA OLIVEIRA DA COSTA
ANDERSON KLEY BAUMGARTNER CÂMARA PINHEIRO
(ORGANIZADORES)**


EDITORA
SCHREIBEN

HÉRIKA CRISTINA OLIVEIRA DA COSTA
ANDERSON KLEY BAUMGARTNER CÂMARA PINHEIRO
(ORGANIZADORES)

INCLUSÃO E TECNOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE DESAFIOS PÓS-PANDÊMICOS


EDITORA
SCHREIBEN

2022

© Dos organizadores - 2022
Editoração e capa: Schreiben
Imagem da capa: Freepik
Revisão: os autores

*Esta obra é uma produção independente dos organizadores.
A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como
da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva
responsabilidade do(s) autor(es).*

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I37 Inclusão e tecnologia em uma perspectiva de desafios pós-pandêmicos. / Organizadores: Hérica Cristina Oliveira da Costa, Anderson Kley Baumgartner Câmara Pinheiro. – Itapiranga : Schreiben, 2022.
100 p. : il. ; e-book

E-book no formato PDF.
EISBN: 978-65-89963-48-6
DOI: 10.29327/557594

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão digital. 3. Tecnologia educacional. 4. COVID-19 – desafios. I. Título. II. Costa, Hérica Cristina Oliveira da. III. Pinheiro, Anderson Kley Baumgartner Câmara.

CDU 37:004

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	6
<i>Hérika Cristina Oliveira da Costa</i>	
O PROCESSO DE INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS.....	10
<i>Angélica Maria Abilio Alvarenga</i> <i>Simone Esteves da Silva</i>	
EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E TECNOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE DESAFIOS PÓS-PANDÊMICOS.....	20
<i>Angela dos Santos Sousa Alves</i> <i>Dayana dos Santos Sousa</i> <i>Jaqueline Flávia Rodrigues da Cunha França</i>	
AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	30
<i>Gabrielle Oliveira dos Santos</i>	
INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS DESAFIOS PÓS-PANDEMIA.....	38
<i>Abraão Danziger de Matos</i>	
IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER A COORDENAÇÃO MOTORA PARA EXPLORAR AS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM.....	48
<i>Liliane Musumeci Ferreira</i>	
ENFRENTAMENTO DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS PÓS- PANDEMIA: NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	58
<i>Karla de Lourdes Antunes Souza</i> <i>Patrícia Machado da Costa</i>	

INCLUSÃO DIGITAL PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS EM TEMPOS DE ENSINO.....	72
---	----

Camila Abreu Thomazini Frinhani

Eliete Regina Alves da Silva

EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E TECNOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE TENDÊNCIAS E DILEMAS PÓS PANDEMIA.....	86
--	----

Thais Ribeiro Corrêa Pinto

PREFÁCIO

“Educação é um ato de amor e de coragem.”

Paulo Freire

O que se mostrava como intensão, em pouco tempo, manifestou-se como uma necessidade. Com o fechamento das instituições de ensino devido a pandemia do SARS-CoV-2, professores, escolas e universidades em todo Brasil atribuíram o desafio de dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem por meio de ferramentas digitais.

Para um país como o Brasil, de extensão territorial e de grande diversidade cultural e social, existem várias questões que conduzem o debate um tema complexo. Tanto para os professores quanto para os alunos, além das infraestruturas o uso das ferramentas tecnológicas é desafiador. Mas há diversas tendências que podem ser destacadas e que poderão ajudar para o desenvolvimento da educação.

Neste cenário que ainda estamos vivendo com a pandemia, a aprendizagem mediada pela tecnologia faz todo o sentido, pois nos exige a colocar a mão na massa. Aprender fazendo. Há infinitudes de recursos tecnológicos disponíveis, que possibilitam a interação, engajamento e a troca de saberes em outra modalidade. Será comum, daqui para frente, pensar em uma educação que possibilite o uso de recursos digitais, seja o ensino presencial ou não.

Nesse contexto, as instituições de ensino que possibilitavam o uso das ferramentas digitais, ganharam vantagens na contribuição para formar cidadãos capacitados para esse novo momento desafiador, o mundo digital. Muita evolução em um curto período. Em que foi incentivado muito mais com a pandemia. Um futuro que chegou mais cedo para muitas instituições.

Todos de uma forma ou de outra precisaram se readaptar aos novos modelos de ensino e o uso de muitas ferramentas tecnológicas e digitais.

No cenário pós-pandemia, a inserção de estratégias didáticas

criativas e inovadoras irão exigir a criação de espaços multidisciplinares e uso de tecnologias. Será um período desafiador!

O primeiro trabalho, de autoria de Angélica Maria Abílio Alvarenga e Simone Esteves da Silva, contextualizam o processo de inclusão nas séries iniciais. Sabendo da diversidade nas salas de aula, enfatizam que a inclusão está acontecendo, porém não tem sido tão efetivo quanto é mencionado na lei. Porém elas afirmam, que se faz necessária a implementação de novas políticas públicas que atendam a este público-alvo, como investir na formação de professores, melhorar as condições de trabalho e de remuneração dos educadores, são algumas das prioridades a serem consideradas para que ocorra uma mudança significativa.

Na sequência, Ângela dos Santos Sousa Alves, Dayana dos Santos Sousa e Jaqueline Flávia Rodrigues da Cunha França refletem a Educação: inclusão e tecnologia em uma perspectiva de desafios pós-pandêmicos, pois esses dois eixos tornaram-se cada vez mais imprescindíveis no cotidiano. Afirmam que a educação está em constante movimento. E é preciso que professores estejam em constante reflexão devido as novas exigências da globalização.

O terceiro trabalho, Gabrielle Oliveira dos Santos trata do tema as consequências da pandemia da covid-19 para a educação inclusiva. Nessa perspectiva, o presente estudo justificou-se pela necessidade de se destacar algumas consequências da pandemia para a educação inclusiva brasileira e teve por objetivo analisar a temática, destacando algumas consequências e citando o ensino emergencial remoto.

Em seguida, Abraão Danziger de Matos, faz uma revisão das principais benevolências voltadas à utilização das tecnologias durante a pandemia e uma perspectiva pontual para um contexto educacional pós-pandemia. Estas evidenciações objetivam instrumentalizar o profissional educacional ao enfrentamento dos principais desafios, diretamente relacionados à inserção tecnológica na educação posteriormente a pandemia da Covid-19, com enfoque na inclusão. Assim, percebe-se que os desafios que os profissionais da educação poderão enfrentar são extensas, contudo, uma boa formação continuada é vital para que os presentes desafios sejam minimizados.

O quinto trabalho, de Liliâne Musumeci Ferreira aborda a importância de desenvolver a coordenação motora para explorar as tecnologias

no processo de aprendizagem o trabalho faz uma reflexão no âmbito científico, social, cultural, político, econômico, psíquico, emocional e tecnológico para respeitar o desenvolvimento humano na sua totalidade.

Na sequência, Karla de Lourdes Antunes Souza e Patricia Machado da Costa enfatizam sobre o enfrentamento de práticas tecnológicas pós-pandemia como desafios da educação básica. O estudo objetivou analisar os novos desafios de práticas tecnológicas pós pandemia COVID-19, utilizadas pelos docentes na Educação Básica. Os resultados atestaram que após cessar o período de isolamento social e a retomada das aulas presenciais, se faz necessário que os gestores reflitam sobre como se encontra a realidade das salas de aulas antes e como deve ser transformada após o período pandêmico, tomando a decisão de investir em recursos tecnológicos, democratizando o acesso à internet e qualificação dos professores em novas tecnologias.

O sétimo trabalho, de Camila Abreu Thomazini Frinhami e Eliete Regina Alves da Silva, trata da inclusão digital pós-pandemia: desafios em tempos de ensino, o estudo se justifica pela necessidade de aprofundar os conhecimentos e compreender como as escolas organizaram-se com suas equipes pedagógicas para monitorar o processo de ensino-aprendizagem e, como os docentes acompanharam e motivaram seus alunos no que tange a resolução de suas tarefas. A autora apresentou como objetivo principal compreender quais os desafios encontrados pelos docentes para garantir o atendimento educacional digital aos seus alunos durante e pós-pandemia. Logo após, Thaís Ribeiro Corrêa Pinto, aborda a Educação inclusiva e tecnológica em uma perspectiva de tendências e dilemas pós-pandemia, a autora afirma que um novo modelo de interações sociais, possivelmente, surgirá com o período pós pandemia. Com base nisso o trabalho buscou uma resposta para o problema: quais as perspectivas e desafios da educação no tocante à inclusão e tecnologia num contexto pós-pandemia? Os resultados obtidos foram de caráter positivos e negativos em relação ao processo de ensino e aprendizagem considerando todos os atores que fazem parte do processo educativo.

Deste modo, parabenizamos os autores pela iniciativa, pertinência e qualidade nas análises acerca da educação escolar.

Trata-se de um grande subsídio, que certamente incitará a continuidade das análises e reflexões, por meio de pesquisas futuras. Por fim,

a trazidas pelas adversidades da pandemia, é importante distinguir que, enquanto educadores, estamos enfrentando uma situação que requer grande capacidade de adaptação, reinvenção e inovação. Isso significa que, mesmo diante de tal cenário como o que enfrentamos, a partir da atuação de cada um, a educação resistirá e dará resposta à altura dos desafios que se apresentarem futuramente, gerando transformações expressivas que melhor atendam o direito público subjetivo a uma educação com qualidade.

Boa leitura!

Hérika Cristina Oliveira da Costa
Organizadora

O PROCESSO DE INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS

Angélica Maria Abilio Alvarenga¹

Simone Esteves da Silva²

1. INTRODUÇÃO

Considerando a diversidade nas salas de aula, sabemos que a inclusão está acontecendo, porém este trabalho não tem sido tão efetivo quanto é mencionado na lei. Portanto, se faz necessária a implementação de novas políticas públicas que atendam a este público-alvo, como investir na formação de professores, melhorar as condições de trabalho e de remuneração dos educadores, são algumas das prioridades a serem consideradas para que ocorra uma mudança significativa.

Sendo assim, a relevância desse estudo procurou enfatizar os seguintes objetivos específicos:

a) Compreender a inclusão do aluno, como um ser pertencente ao meio, entendendo como ocorre a socialização nas séries iniciais; b) Reconhecer a importância do professor como mediador no processo de desenvolvimento; c) Mencionar estratégias que estimulem o professor a

1 Graduada pela Universidade Estácio De Sá; Psicóloga Clínica. Especialista em Atenção à saúde da pessoa idosa-Faculdades Integradas de Jacarepaguá; Especialista em Psicopedagogia-Faculdade Internacional Signorelli; Especialista em Neuropsicologia pela Universidade Cândido Mendes; Especialista em Inclusão nos Transtornos do neurodesenvolvimento: Autismo e suas comorbidades-Neuro-saber; aluna do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA – BR.

2 Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé; Especialista em Educação Infantil pela Universidade Cândido Mendes; Especialista em Psicopedagogia: Cognição e Afetividade no processo ensino aprendizagem na área de Educação pela Faculdade Educacional Luiz Reid; Especialista em Supervisão e Inspeção Escolar pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza; aluna do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA – BR.

desenvolver inclusão na sala de aula.

Nessa perspectiva, a inclusão tem um papel importantíssimo de garantir ao indivíduo a qualidade de ensino educacional, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, possibilitando o acesso às oportunidades de desenvolvimento das suas habilidades, preparando-o para uma vida em sociedade, onde ele possa ser um sujeito crítico, construtivo, que tenha autonomia, a colaboração, a cooperação e a capacidade na tomada de decisões.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Inclusão nas séries iniciais

De acordo com Angelita de Jesus (2007) apud Sasaki(1997) a inclusão escolar é o mais novo paradigma educacional e defende a matrícula de todos os alunos na escola regular, preferencialmente na classe comum, inclusive para os provindos da educação especial.

De acordo com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), no documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), consta: “as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. O texto ainda usava o termo “portador”, hoje não mais utilizado.

Na Declaração de Salamanca (1994), o documento é uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca (Espanha). O texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial. No que tange à escola, o documento aborda a administração, o recrutamento de educadores e o envolvimento comunitário, entre outros pontos.

Segundo Gasparetto a Educação é direito de todos.

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiências têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social. Para conseguir um ensino inclusivo, os professores em geral e especializados, bem como os recursos, devem aliar-se em um esforço unificado e consistente (GASPARETTO, 2001, p. 124).

É na escola que os professores devem buscar aplicar as estratégias para os alunos serem incluídos, porque todos os educandos merecem melhores condições de acesso ao conhecimento e os professores precisam ter suas habilidades profissionais desenvolvidas e acesso a recursos tecnológicos e pedagógicos suficientes. Todos devem aliar-se para que se possa obter um ensino inclusivo de qualidade.

Porém normalmente, pode-se perceber que um dos problemas mais difíceis que o professor tem enfrentado é a insegurança frente ao novo, pois o novo assusta, porque eles não se sentem à vontade com o tema. E então, surgem algumas dúvidas:

Como planejar as minhas aulas?

Como contribuir no desenvolvimento da aprendizagem?

Como sanar a falta de recurso didático-pedagógico?

A falta de formação para desenvolver o tema em questão é outra problemática que encontramos no dia a dia. E assim encontramos muitos alunos segregados, excluídos das aulas. Contudo, a garantia efetiva da inclusão escolar carece da inserção de princípios estabelecidos na lei. As Diretrizes Curriculares Nacionais (por área de conhecimento) estabelecem metas, objetivos e compromissos. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) declara que a educação é direito de todos.

Em consonância com a Constituição, a LDB, nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), de acordo com o “Direito à Educação e do Dever de Educar”, em seu art. 4º, inciso III, determina que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Neste sentido, a LBD amplia o entendimento sobre Educação Inclusiva e prevê providências quanto ao compromisso das instituições escolares com a oferta de uma educação de qualidade que atenda às necessidades

educacionais de cada aluno.

Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) fundamentada na concepção dos direitos humanos e pautada nos princípios da legislação educacional vigente foi implementada com o intuito de favorecer o acesso à educação e a aprendizagem de alunos com deficiências, altas habilidades (superdotação) e transtornos globais do desenvolvimento, orientando a organização escolar e a formação de professores para o atendimento ao aluno a partir de suas necessidades, reafirmando a educação como direito de todos, possibilitando o acesso a oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola regular.

Porter (1995) destaca que o desafio da educação brasileira é a implementação da política de inclusão educacional de promoção do acesso e da qualidade

De acordo com Sasaki (1997) os alunos “não devem ficar de fora” todos devem ser matriculados. A escola está apta para receber todos os alunos independente das características que possam apresentar.

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado (SASSAKI, 1997, p.18).

Porém Silva (2005) destaca que as escolas especiais estão mais bem equipadas para atender os alunos.

o direito fundamental à educação inclusiva é do educando e não do Estado, da sociedade ou da família” (art. 205, C.F.). Não podemos nos esquecer, também, que as escolas especiais, como escolas que são, devem ter conteúdo pedagógico e se preocuparem com a transmissão da educação de qualidade. Elas têm papel importante no processo de transposição da fase de educação “exclusiva” para a da educação inclusiva, pois o conhecimento técnico específico que possuem podem e devem servir como rede de apoio às escolas regulares e às pessoas com deficiência para que isso aconteça com sucesso (SILVA, 2005, p. 19).

Segundo Pain (1985) a inclusão busca superar uma história de isolamento, discriminação e preconceito, é algo que vem avançando mesmo

com muita dificuldade.

Entretanto somos seres sociáveis, vivemos em sociedade, nossa primeira socialização é nossa família, depois vamos para escola, espaço este reservado para os mais diversos tipos de aprendizado, onde expressamos nossas maiores necessidades de troca, desenvolvemos nossas muitas habilidades com outras crianças.

Segundo a Constituição Federal que estabelece no artigo 227 que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, dentre outros. Nesse sentido, o direito fundamental à educação como princípio da dignidade humana, observando que o direito à saúde deve prevalecer, caso os dois não possam ser assegurados simultaneamente.

Entendemos que para acontecer todo este processo educacional, o papel do professor é de extrema importância para mediar esse desenvolvimento na aprendizagem da criança, tendo em vista a individualidade de cada um, seu tempo de maturação e seus limites.

As necessidades educativas são comuns independente de qualquer dificuldade ou limitação que uma criança possa ter, porém nem todos os alunos enfrentarão com a mesma destreza o processo de aprendizagem, cada uma levará consigo sua própria experiência neste processo.

Não podemos esquecer que é na escola onde encontramos as nossas primeiras diversidades, nossas primeiras amizades e nossos primeiros conflitos, nossas primeiras frustrações e aprendemos a respeitar o outro e seus espaços, aprendemos a compartilhar momentos e aprendizagens que ficarão eternizados em nossas memórias, sendo está a responsável por decodificar e armazenar ou até mesmo recuperar o que foi perdido.

Entretanto ao falarmos em aprender, em socialização na primeira infância, não podemos esquecer em incluir, devemos levar em consideração que inclusão não é somente estarmos no mesmo ambiente escolar, segundo as diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas apresenta a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA,

2001, p. 28).

Mas afinal o que é aprendizagem? Segundo o dicionário *Michaelis* a palavra aprendizagem é derivada do substantivo aprendiz, termo que caracteriza aquele que aprende ou dá os primeiros passos em uma atividade, arte ou ofício. Entendemos assim que a aprendizagem acontece em um processo com várias etapas adquirindo conhecimento e experiências através de um método de ensino que o indivíduo tem ao longo de sua vida. É um conjunto integrado entre o cérebro, o psíquico, o cognitivo e o social, entendemos que este processo ocorre em momentos e períodos distintos para cada indivíduo e suas diferentes situações.

Ainda assim é sabido que no processo da aprendizagem acontecem conexões entre estímulos e respostas adaptativas entre o ser e ao ambiente no qual está inserido, quanto mais interagimos com o meio, mais criamos conexões e mais aprendemos.

Certamente se faz necessário o olhar diferenciado do professor, pois é ele que fará que essa inclusão aconteça, mostrando e inserindo em seu plano de aprendizagem as mais variadas formas de fazer com que todos neste ambiente escolar sejam iguais em suas mais variadas diferenças.

Sentir parte, fazer parte, incluir, integrar são ações necessárias para que de fato essa socialização entre as crianças aconteça de uma forma natural, e verdadeiramente sejam incluídos.

Aceitar o outro e sua essência, suas diferenças, suas limitações, esse é o maior desafio para os dias de hoje, ter esse respeito e ensinar a respeitar são valores antigos e ao mesmo tempo tão atuais.

Somos todos seres humanos que não conseguimos compreender e tão pouco aceitar a diferença no outro, aceitar aquilo que não é igual a mim.

Não entendemos que a diferença que há no outro é que traz cor e sentido de fazermos parte da humanidade, de uma sociedade.

Essa diversidade significa romper com o esquema tradicional em que todas as crianças fazem a mesma coisa, na mesma hora, da mesma forma e com os mesmos materiais (BLANCO, 2004, p. 291-293).

Podemos perceber que todos nós somos capazes de aprender coisas novas que nos possibilitam viver em sociedade e com autonomia.

2.1. Estratégias que os professores podem usar para incluir na sala de aula

O baixo desempenho dos alunos nas avaliações propostas aferidas pelo sistema de avaliações, ou seja, pelo Governo Federal, as notas do IDEB, avaliação Saeb, provinha Brasil, entre outras, tem preocupado os governantes na busca de estratégias visando elevar essa nota.

Muitas são as razões pedagógicas para que aconteça essa defasagem observada, socioculturais, sensoriais, cognitivas, entre outras, dificultando assim, o desempenho esperado.

Quando as famílias são parceiras, participativas e levam o aluno ao especialista o desenvolvimento flui, porque na escola procura-se trabalhar os recursos didáticos adequados para melhorar a vida escolar do educando, porém quando isso não acontece o aluno fica impedido de avançar.

Nesse sentido, o papel da inclusão seria diminuir as barreiras da aprendizagem, ao adaptar-se ao meio, o funcionamento cognitivo vai se estruturando, se desenvolvendo e se organizando.

Algumas sugestões para diminuir barreiras da aprendizagem:

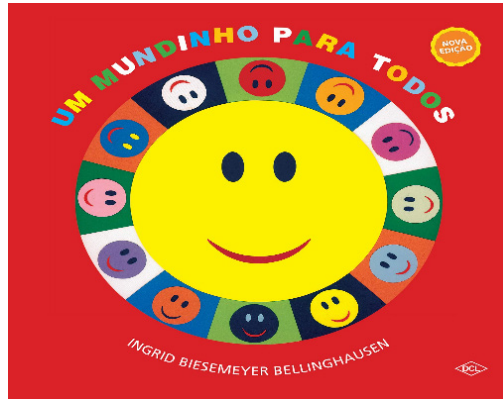
1. Avalie cada aluno individualmente;
2. Fortaleça a comunicação com os responsáveis;
3. Tenha uma parceria com uma equipe multidisciplinar;
4. Use a tecnologia a favor do estudante.

A seguir colocamos algumas das sugestões de livros visando contribuir na prática pedagógica dos professores:



Fonte: <https://www.amazon.com.br/>

Marcela é uma garota especial. Ela tem nove anos de idade e vai se apresentar como bailarina pela primeira vez. Está ansiosa, mas se sente segura, pois, mesmo sem enxergar, conseguiu desenvolver várias habilidades, como dançar, andar de bicicleta, e nadar. Graças ao carinho e a atenção de todos, sente-se aceita e autoconfiante.



Fonte: <https://www.amazon.com.br/>

A escritora e ilustradora, Ingrid Biesemeyer Bellinghausen nos presenteava com *O Mundinho*, que planta a semente da conscientização ambiental.



Fonte: <https://www.amazon.com.br/>

Tudo bem ser diferente trabalha com as diferenças de cada um de maneira divertida, simples e completa, alcançado o universo infantil e abordando assuntos que deixam os adultos de cabelos em pé, como adoção, separação de pais, deficiência física, preconceito racial, entre outros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante de tudo que foi citado e exposto acima, podemos concluir que a inclusão nas classes iniciais depende de um conjunto de fatores relevantes, a maior dificuldade é ajudá-las a adquirir confiança em si e acreditar que são capazes para tal feito. Porém entendemos que incluir vai mais além de estar junto, incluir é fazer parte, é estar incluído em tudo e em todas as atividades propostas na sala de aula.

O futuro dessas crianças está nas mãos de quem está ao seu lado e mais uma vez o professor tem um papel fundamental para que a inclusão escolar de fato aconteça, sabemos que não é uma tarefa fácil, porém também sabemos que existem muitas estratégias para que essa tarefa seja feita de maneira eficiente.

REFERÊNCIAS:

- GASPARETTO, M. E. R. F. Visão subnormal em escolas públicas: conhecimentos, opinião e conduta de professores e diretores do ensino fundamental. Tese de Doutorado da Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001
- PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- PORTER, Gordon. Organização das escolas: conseguir o acesso e a qualidade através da inclusão. In: Dimensões formativas: caminhos para as escolas inclusivas, 1995, pp. 34-48.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, Shirley. A multiplicidade de se construir o especial: os “especiais” e a crise derivada na Educação Especial. In: Educação Especial: um esboço de política pública. Tese de Doutorado. FE/USP, 2000, p. 10-28.

SILVA, Angelita. A inclusão nas séries iniciais. 2007. Monografia (Pós em Arteterapia) - Universidade Candido Mendes Pós-graduação “Latu Sensu”, projeto a vez do mestre, Brasília, 2007.

Sites:

<<https://www.pedagogia.com.br/artigos/pessoaspnes/index.php?pagina=2>> Acesso em 29/01/2022

<<https://gvdasa.com.br/estrategias-pedagogicas-para-promover-inclusao>> Acesso em 01/02/2022

<https://m.media-amazon.com/images/I/81qtgFFV5LL._AC_UY218_.jpg> Acesso em 01/02/2022

<https://m.media-amazon.com/images/I/71CXMG6qyYL._AC_UY218_.jpg> Acesso em 02/02/2022

<https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/51XXA+n-CetL._SY498_BO1,204,203,200_.j> Acesso em 02/02/2022

<5 estratégias pedagógicas para promover a inclusão na sala> Acesso em 03/02/2022

EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E TECNOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE DESAFIOS PÓS-PANDÊMICOS

Angela dos Santos Sousa Alves¹

Dayana dos Santos Sousa²

Jaqueline Flávia Rodrigues da Cunha França³

INTRODUÇÃO

Diante dos desafios educacionais contemporâneos, compreende-se necessário ressaltar que a inclusão e a tecnologia, em uma perspectiva pós-pandêmica, tornaram-se cada vez mais imprescindíveis no nosso cotidiano. Encadeá-las no processo de ensino foi um dos objetivos da pesquisa.

Vale lembrar que a educação está em constante movimento. Sendo assim, é preciso que professores estejam em perene reflexão devido às novas exigências da globalização para organizar situações de aprendizagem adequadas ao aluno. De acordo com Rego (2005, p.62), o espaço escolar é visto como:

-
- 1 Graduada em licenciatura plena em Matemática pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Administração e Supervisão Escolar pela AVM; Aluna do programa de mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR. angeladossantossousa@yahoo.com.br
 - 2 Graduada em licenciatura plena em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FEUC), Especialista em Gestão, Coordenação e Supervisão Escolar pelo Instituto de Ensino Superior de Patrocínio – IESP, Aluna do programa de mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR. dayanadossantossousa@gmail.com
 - 3 Graduada em licenciatura plena em Pedagogia pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos (MSB), Especialista em educação Infantil pela Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC), Aluna do programa de mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR. jaque.rodriguesfranca@gmail.com

(...) o local que possibilita uma vivência social diferente da do grupo familiar, tem um relevante papel, que, não é como já se pensou o de compensar carências (culturais, afetivas, sociais, etc.) do aluno, e sim, oferecer a oportunidade de ter acesso a informações e experiências novas e desafiadoras capazes de provocar transformações e de desencadear processo de desenvolvimento e comportamento (REGO, 2005, p.62).

Desse modo, reconhecendo a importância da inclusão, buscou-se defender a reflexão para as mudanças ocorridas, possibilitando que os sujeitos tenham a garantia assegurada a partir das especificidades.

Ademais, este estudo tem a finalidade de analisar as novas possibilidades e desafios do ambiente escolar, utilizando as tecnologias dentro e fora da sala de aula. Para isso, faz-se necessário refletir acerca do impacto das ferramentas digitais na contemporaneidade, de maneira a inserir o aluno, em sua totalidade e em seus diferentes aspectos, nas vivências interativas, de modo a favorecer aprendizagens e o desenvolvimento de todos.

Destacamos, ainda, a necessidade de que o docente reflita acerca da utilização de atividades lúdicas, permeadas por tecnologias digitais relevantes à Educação. Assim, a prática docente intencional e planejada possibilita mobilizar e instigar os desafios propostos, levando a aguçar a curiosidade e reter a atenção dos alunos. Segundo Mahoney e Almeida (2005):

Na relação professor aluno, o papel do professor é de mediador do conhecimento. A forma como o professor se relaciona com o aluno reflete nas relações do aluno com o conhecimento e nas relações aluno-aluno; queira ou não, o professor é um modelo, na sua forma de relacionar-se, de expressar seus valores, na forma de resolver os conflitos, na forma de falar e ouvir. (MAHONEY e ALMEIDA, 2005, p. 26).

Nessa perspectiva, pontua-se, conforme Fernandes, que:

Dependendo da qualidade das experiências na vida social, a superação do déficit é um processo que deve ser pensado para qualquer sujeito. A superação do déficit concretiza-se em experiências de formação que visem às funções psíquicas superiores. O trabalho educativo precisa ser orientado para o domínio de atividades culturalmente relevantes, para a elevação dos níveis de generalidade do pensamento e para a capacidade de significar o mundo.

Trabalho esse que venha a valorizar mais as possibilidades que as dificuldades em si. (FERNANDES, 2013, p. 229).

Ainda nessa concepção de análise, a inserção das tecnologias digitais possibilita criar um ambiente estimulador e desafiador, favorecendo a fomentação da aprendizagem dos alunos, pois ela se tornou essencial na prática pedagógica em sala de aula. Para Marita Redin (2007), “a criança aprende no e com o mundo, mas este mundo é feito de pessoas com diferentes idades, culturas, crenças e valores [...] E é nas relações e nas trocas que se ressignificam os saberes/fazer” (p. 84).

Considerando essas importantes reflexões, desenvolvemos uma pesquisa buscando entender a inclusão escolar de modo igualitário e compreender a importância das tecnologias para uma aprendizagem rica e significativa no contexto educacional.

INCLUSÃO ESCOLAR: UM DIREITO E UM DESAFIO

Segundo o dicionário Michaelis on-line, a inclusão é o ato ou efeito de incluir-se. É necessário entender conforme a legislação, quem é esse aluno que entrará na escola e o que é seu de direito. (MICHAELLIS, 1998). É necessário entender conforme a legislação, quem é esse aluno que entrará na escola e o que é seu, de direito.

A Declaração dos Direitos de Pessoas com Deficiência Mental, decretada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, é o documento que simboliza a primeira conquista na garantia das pessoas com deficiência intelectual e ratifica o que é estabelecido nos direitos humanos.

O conceito de educação inclusiva ganhou maior destaque a partir da proposta de “escola para todos”, com a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Esta é um documento regulado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, com o propósito de fornecer diretrizes básicas para a formulação e a reforma de políticas e de sistemas educacionais. Tais propostas são realizadas segundo o movimento de inclusão social, cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial, que surgiram a partir das décadas de 1960 e 1970. Desse modo,

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela "... proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de "educação para todos" firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem". (MENEZES, 2001).

A Declaração de Salamanca desenvolveu o conceito de necessidades educacionais especiais, referindo-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares, sejam temporárias, sejam permanentes na escola.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que apresentem. Essas escolas devem, portanto, reconhecer e satisfazer as diversas necessidades de seus alunos, adaptando-se aos tantos estilos e ritmos diferentes de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade para todos, por meio de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias de ensino, uso de recursos diversificados e de parcerias com a comunidade.

Nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação eficaz. A pedagogia inclusiva é, pois, a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos com necessidades educativas especiais e os seus colegas.

A concepção de inclusão necessita ser ampliada, conforme nos mostra a seguinte afirmação da Declaração de Salamanca:

Incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (BRASIL, 1994, p.6).

No decorrer de muitas etapas da história da educação, foram os educadores especiais que defendiam a integração de seus alunos em

escolas regulares, entretanto, o movimento ganhou proporção quando a educação regular aceitou sua responsabilidade nesse processo, e iniciativas inclusivas começaram ao redor do mundo.

O direito à educação é indispensável e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados. Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas (MANTOAN, 2003, p. 95)

BREVE PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Em 1988, a Constituição Federal passou a assegurar que a educação é um direito de todos, com o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Conforme o art. 206, I, como princípio para o ensino a “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e ainda pontua, no art. 208, III, “[...] o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) também reafirma, em seu artigo 54, que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: “[...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

No decorrer dos anos, a política nacional de educação inclusiva ganhou força e se consolidou por meio da LDB que, em seu capítulo V, trata da educação especial e a define, no art. 58, como “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A Resolução CNE/CEB n.º 2, de 2001, institui as diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e determina, no art.2, a matrícula de todos os alunos nos sistemas de ensino, e às escolas cabe a organização “[...] para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001).

O acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais à

escola regular é garantido por leis e documentos no âmbito nacional, estadual e municipal. Contudo, somente a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e de outros documentos legais, como o Decreto n.º 6571, de 2008, e a Resolução n.º 4, de 2009, que os alunos com transtornos globais do desenvolvimento – aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimentos nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras – tiveram garantida a sua escolarização.

Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2008), a classe especial se caracteriza numa sala de aula, em escola comum, com espaço físico adequado a seu público. Nela, o professor utiliza de procedimentos didáticos diversificados para atender à demanda. Desse modo, “A perspectiva da educação inclusiva requer um olhar diferenciado para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, para o processo de ensino e aprendizagem das pessoas com necessidades especiais”. (ORRÚ, 2012, p. 272).

Em 2015, foi aprovada a Lei nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Em seu art. 2, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A TECNOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO

O ser humano buscou durante toda história desenvolver instrumentos tecnológicos para que suas dificuldades fossem superadas. O avanço da tecnologia favoreceu diversos benefícios para o trabalho humano. “Convém ressaltar que a educação, desde sua origem sempre utilizou, em algum momento, a tecnologia pelo menos é o que afirma o filósofo Demerval Bruzzi, ex-diretor do Ministério de Educação.” (AMBERSISTEMAS, 2018).

O homem construiu uma vida melhor graças ao desenvolvimento das tecnologias, apesar dos impedimentos de acesso e de conexão as redes mundiais de comunicação. Sendo assim, isto não se processou de uma hora para outra. Até chegar ao que muitos de nós estamos vivenciando neste milênio, o homem, desde a pré-história, vem usando as tecnologias. Muitos utensílios e ferramentas foram criados em todas as épocas da existência humana. Sabiamente, o homem registrou sua história mediante os símbolos iconográficos nos quais mostrou como viviam, caçavam, pescavam e como eram seus rituais e suas danças (KENSKI, 2003; MARCONDES FILHO, 1988,1994).

Cabe destacar que a história da tecnologia no campo educativo teve o objetivo de desenvolver cursos através de ferramentas audiovisuais e surgiu nos Estados Unidos, em 1940. A educação vem acompanhando esse avanço, apesar de ainda haver aspectos a serem intensificados, especialmente no que diz respeito à abrangência de acesso e à celeridade de adequação nas escolas.

Nos últimos dois anos, o mundo vivenciou – e ainda vivencia – a pandemia da covid-19, momento em que se fez necessária uma relevante reflexão sobre a tecnologia, pois foi preciso romper barreiras, evidenciando a necessidade do acesso à tecnologia digital.

Para Kenski (2003), a evolução tecnológica não se restringe aos novos usos de equipamentos e/ou produtos, mas aos comportamentos dos indivíduos que interferem e repercutem nas sociedades, intermediados, ou não, pelos equipamentos. Portanto, entende-se como tecnologias os produtos das relações estabelecidas entre sujeitos com as ferramentas tecnológicas que têm como resultado a produção e a disseminação de informações e conhecimentos.

Para Almeida,

Nós, educadores, temos de nos preparar e preparar nossos alunos para enfrentar exigências desta nova tecnologia, e de todas que estão a sua volta – A TV, o vídeo, a telefonia celular. A informática aplicada à educação tem dimensões mais profundas que não aparecem à primeira vista (ALMEIDA, 2000, p.78).

A sociedade está cada vez mais em busca do conhecimento e do aperfeiçoamento da tecnologia. Diante da pluralidade tecnológica, urge que haja uma busca por melhorar a qualidade na educação, buscando,

assim, novas possibilidades. Esse cenário também exige uma inovação por parte do professor.

Conforme o pensamento de Neira (2016),

Educação e Tecnologia caminham juntas, mas unir às duas é uma tarefa que exige preparo do professor dentro e fora da sala de aula. Ao mesmo tempo, em que oferece desafios e oportunidades, o ambiente digital pode tornar-se um empecilho para o aprendizado quando mal-usado (NEIRA, 2016, p. 4).

Nesse sentido, é possível observar os desafios trazidos para a educação. O fato é que a tecnologia, agora, já faz parte da rotina escolar e tornou-se um instrumento de trabalho. Nota-se que há, dessa maneira, o propósito de colaborar cada vez mais com o ensino aprendizagem, buscando formar e atualizar os docentes para fins pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES

A inclusão impõe uma mudança de perspectiva educacional. Trata-se de uma opção que não é incompatível com a integração, porém é um movimento que questiona políticas, organização das estruturas escolares regulares e especiais, sendo a meta principal não deixar ninguém à margem da escola regular. A inclusão tem um caráter de reunir alunos com e sem dificuldades, além dos funcionários, professores, pais, diretores, enfim, todas as pessoas envolvidas com a educação.

Hoje as pessoas especiais têm seus direitos assegurados por diversas leis, basta estar conscientes delas. A luta pelos Direitos Humanos ampliou ainda mais esta proposta. O objetivo era que todos os sujeitos tivessem acesso e direito garantido aos mesmos parâmetros de ingresso nos processos sociais e educativos.

Pode-se afirmar, portanto, que a prática em sala de aula requer possibilidades e desafios constantes, permitindo ao docente utilizar a tecnologia nas diversas situações do contexto escolar, com intencionalidade educativa planejada e organizada.

Nesse sentido, é fundamental que a unidade escolar favoreça o desenvolvimento do aluno, para que se vivencie experiências positivas nas diferentes formas de brincar. Além disso, deve-se buscar cada vez mais por uma educação de excelência, com profissionais capacitados e

valorizados.

Evidenciamos que a escola deixa marcas para a vida toda, sendo assim, esse espaço deve contribuir para o desenvolvimento dos saberes e dos valores humanos, favorecendo, assim, uma aprendizagem rica e significativa.

Logo, para a utilização das tecnologias na prática pedagógica em sala de aula, cabe ao docente estar atento frente as inovações ao usar as ferramentas digitais. Portanto, é fundamental que identifique como as tecnologias digitais podem colaborar nas situações de aprendizado e favoreça o interesse dos alunos ao utilizar as novas tecnologias, estabelecendo, assim, experiências significativas, desafiadoras para os alunos e ricos aprendizados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. **Informática e formação de professores**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- AMBERSISTEMAS. A história da tecnologia na educação. 2018. Disponível em: <https://www.ambersistemas.com.br/historia-da-tecnologia-na-educacao/>. Acesso em 25/01/2022.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001 – Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. 2001.
- FERNANDES, A. P. C. S. **A escolarização de alunos da EJA em turma especial em tempo de política de educação inclusiva**. Revista on-line Política e Gestão Educacional. Araraquara, n. 15, p. 228-234, 2013. Disponível em: Acesso em: 27.jan. 2022.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.
- MAHONEY, A. A. ALMEIDA, L.R. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. Psicologia da Educação, São Paulo: 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Rio de Janeiro: Moderna, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televiso: a vida pelo vídeo.** São Paulo: Moderna, 1988.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 28 jan 2022.

INOVAÇÃO. In: MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 1998.

ORRÚ, Silvia Ester. **Estudantes com necessidades especiais: Singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

REDIN, Marita Maria. **Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares.** In: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (Orgs.). *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças.* Porto Alegre: Mediação, 2007. p.14 -84.

REGO, T. C. **Ensino e Constituição do Sujeito. Viver mente & cérebro.** São Paulo: Segmento-Duetto, v.2, n.2, p.58-67, 2005.

AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DA COVID-19 PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Gabrielle Oliveira dos Santos¹

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 está sendo um dos maiores desafios sanitários enfrentados mundialmente devido a sua capacidade de propagação, transmissão entre humanos, mutação e transmissão pelas vias respiratórias, o que aumenta consideravelmente a contaminação (WERNECK; CARVALHO, 2020 apud ROCHA; VIEIRA, 2021).

Nesse sentido, para evitar ao máximo o crescimento dos índices de contaminação, foi estabelecido por norma preventiva e maior defesa, o isolamento social que trouxe consequências negativas para muitos setores, inclusive para a educação, devido ao contato direto que muitos possuem com grupos de risco (ARRUDA, 2020 apud ROCHA; VIEIRA, 2021).

Com o fechamento das escolas, houve a necessidade urgente de traçar estratégias educativas e práticas pedagógicas diversas para a continuidade dos estudos. Como solução temporária, o Brasil adotou a Educação Remota Emergencial.

Porém, as pessoas com necessidades especiais estão entre os coletivos mais afetados pela pandemia, compreendendo neste contexto o

¹ Pedagoga, Saquarema/RJ - Brasil, graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Maria Thereza – FAMATH/RJ, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelas Faculdades Integradas Maria Thereza – FAMATH/RJ, Especialista em Psicomotricidade Educação e Clínica pelo Instituto Brasileiro de Reabilitação – IBMR/RJ, Especialista em Orientação Educacional e Educação Inclusiva pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – FAC/BA, Especialista em Neuropsicopedagogia pelo Instituto SINAPSES/RJ, pós-graduada em TEA pelo Instituto SINAPSES/RJ, aluna do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade | Columbia Del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR gabbiosantos@yahoo.com.

processo educativo, uma vez que necessitam de ajuda de algum tipo, atendimento individualizado e que suas necessidades específicas sejam direcionadas para conseguirem realizar as atividades, acrescentando como agravante o fato de serem pessoas pouco participativas e retraídas, e o fato de os professores não diagnosticarem as reais necessidades desses discentes (FERRAZ et al., 2021).

Portanto, o presente estudo justifica-se pela necessidade de se destacar algumas consequências da pandemia para a educação inclusiva brasileira e tem por objetivo analisar essa temática, destacando algumas consequências e citando o ensino emergencial remoto.

Para tal, a metodologia utilizada compreende: caráter qualitativo que propicia e possibilita uma visão para voltada aos significados, motivos, valores e atitudes.” (MINAYO et al., 2009); para os objetivos, torna-se exploratória e descritiva (GIL, 2008) pois busca explorar consequências da pandemia para a educação especial e inclusiva, citando o contexto do ensino emergencial remoto; sobre os procedimentos de pesquisa, o estudo caracterizou-se como bibliográfico pois foi desenvolvido com base em material já elaborado, principalmente em artigos científicos e monografias. (Gil, 2008).

A pesquisa foi realizada em meio virtual, em bases de dados confiáveis como Scielo, com artigos científicos e anais de congressos, com os descritores consequências, educação especial, inclusão, pandemia.

A produção textual resultante está dividida em dois títulos complementares e relacionados, e as impressões da autora expressas nas considerações finais assim como as conclusões.

A PANDEMIA DA COVID -19 E A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

O planejamento escolar auxilia os docentes na prática educativa que prioriza a construção de aprendizagens e a transformação do meio social através dessa. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o planejamento está diretamente relacionado com as possibilidades educacionais que os educandos irão receber, sendo assim, cabe ressaltar algumas questões que a educação especial e inclusiva implica, como a acessibilidade (CORREIA et al., 2018 apud BUENO et al., 2021), considerando o

público-alvo da educação especial os estudantes com alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2011 apud BUENO et al., 2021).

Nesse contexto, a práxis pedagógica compreende situações de imprevistos, a não existência de planejamento acessível, e atividades sem adaptação, mesmo que necessárias, assim como a ausência de professor de educação especial que atue juntamente com o professor regente da sala regular, a falta de capacitação dos educadores de turmas regulares sobre acessibilidade e falta de condições de trabalho que deveriam ser oferecidas a fim de praticar a acessibilidade (FERREIRA; CARNEIRO, 2016 apud BUENO et al, 2021).

De acordo com Osti (2012, p. 55-56 apud FERRAZ et al., 2021, s.p.)

Os professores devem estar, ou melhor, devem ser habilitados para detectar os sintomas das dificuldades de aprendizagem e saber como trabalhá-las em classe. Uma de suas principais tarefas, além de perceber a dificuldade de aprendizagem, é solicitar o encaminhamento para providenciar o diagnóstico e meios para um atendimento adequado.

Somada ao contexto de especificidades da educação especial e inclusiva, a pandemia da COVID-19, o isolamento social como prevenção e o estabelecimento do ensino emergencial remoto trazem consequências, em sua maioria negativas, mas por outro lado, há considerações positivas no que tange o relacionamento com a família desses discentes.

Muitos alunos não têm acesso aos recursos tecnológicos e se tornam desmotivados, problema mais complexo quando se trata de alunos com necessidades educacionais especiais que se perdem em meio a diversidade e quantidade de informações a tarefas que devem ser realizadas e analisadas, sem o apoio humano e/ou material necessário (FERRAZ et al., 2021).

Em uma realidade difícil que já era enfrentada pelos docentes de educação especial uma vez que muitas escolas não ofereciam o suporte necessário, os docentes não estavam preparados e a família não podia arcar com o tratamento em relação a educação normal, a pandemia trouxe maiores dificuldades para o processo educativo na educação especial, pois esses estudantes apresentam maiores dificuldades em acompanhar

os conteúdos, o que demanda uma postura diferente dos professores (MATTOS, 2008 apud FERRAZ et al., 2021).

Mattos (2008, p. 51 apud FERRAZ et al, 2021, s. p.) declara que:

[...] em sala de aula, no cotidiano escolar, o educador precisa realizar a comunicação entre o pensamento, os sentimentos e a ação realizada pelo educando. A inclusão/exclusão do educando dependerá do desenvolvimento do processo afetivo, da inter-relação entre educador/educandos e da cumplicidade estabelecida no favorecimento da autoconfiança e da autoestima de ambos.

Marchesi (2004 apud FERRAZ et al., 2021) afirma que os alunos com necessidades especiais possuem diferencial no ritmo de aprendizagem e individualidades no enfrentamento do processo educativo e na construção de conhecimentos.

Ferraz et al. (2021) afirma que por estarem em casa, percebe-se que os discentes com necessidades especiais têm enfrentado o processo educativo com mais segurança, superando questões como timidez, vergonha, medo, pânico e, em alguns casos o isolamento e depressão ocasionados pelo ambiente escolar e a pressão que esse exerce.

A situação vivida durante a pandemia permitiu a criação de novos vínculos entre escola, alunos e professores, tornando a relação mais próxima e afetiva, que ultrapassa espaços físicos (EDUCAÇÃO, 2021).

Cury et al. (2020, p. 4 apud FERRAZ et al., 2020, s.p.) declara que:

Faz-se necessário encarar a pandemia como uma oportunidade para aprender e descobrir como inovar as vivências e práticas pedagógicas. Escutar os estudantes é muito importante neste momento para, assim, compreender suas angústias e inseguranças. Tal ação contribuirá com a elaboração de atividades que proporcionarão o engajamento e a autoconfiança. Dar suporte e escutar os estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades, os tranquilizará para enfrentamento da atual situação.

Dentre as discussões e debates realizados, algo em comum foi é que o ensino remoto não foi caracterizado como ensino à distância ou educação online e sim “educação síncrona remota emergencial”. Os professores estão se reinventando e adaptando recursos de educação online em seus trabalhos (GIRAFFA, 2020 apud ALVES; FARIA, 2020).

Nas circunstâncias pandêmicas, o ensino emergencial remoto foi estruturado com recursos mínimos e em pouco tempo, ou seja, a

aprendizagem pode não ser oferecida de forma planejada e eficaz para os discentes, principalmente para os com necessidades educacionais especiais (BUENO et al., 2021).

Para Joye et al. (2020, p.13 apud SENRA; SILVA, 2020)

Os princípios desse novo modelo de “educação remota” seguem conforme os da educação presencial, com o modelo expositivo tradicional no qual o aluno se torna um mero repositório de informações, a famosa educação bancária criticada por Freire (2001). O termo remoto se refere apenas à mudança do espaço físico que outrora era presencial e agora, temporariamente, é remoto (digital), termo muito utilizado na área de Tecnologia de Informação (TI) para se referir à não presencialidade.

Nessa perspectiva, o ensino remoto apresenta características particulares que o diferem do Ensino à Distância (EAD) e devem ser destacadas, principalmente quando relacionado à educação especial e inclusiva

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante a pandemia da COVID -19, o parecer de Nº 5/2020 apresentou diretrizes a fim de orientar a Educação, destacando uma listagem de ferramentas que podem ser utilizadas como plataformas virtuais, mídias sociais, videoaulas, vídeos educativos, programas de televisão etc.) assim como a indicação dos familiares como mediadores no processo educativo durante este tempo, sendo o ensino remoto uma estratégia para manter o ano letivo (SOUZA; DAINEZ, 2020).

Devido ao isolamento social ser considerado um instrumento poderoso de combate à propagação do vírus, as instituições educacionais precisaram agir de acordo com as instruções governamentais e encerraram suas atividades presenciais, permanecendo as mesmas via ensino remoto, ou seja, não presencial (COSTA; NASCIMENTO, 2020).

Muitos são os desafios que o ensino remoto emergencial apresenta, dentre os quais o sofrimento dos alunos, a falta de socialização dos mesmos no ambiente escolar, famílias como tutores despreparados, de um modo geral; e na educação especial acrescentam-se os de ordem políticas e relacionados às diversas especificidades desses discentes (SOUZA; DAINEZ, 2020).

Um parêntese a ser feito a respeito das tecnologias educacionais, que no caso estão compreendidas no ensino remoto, são seus dois aspectos distintos: de um lado essas são consideradas um suporte às práticas pedagógicas, potencializando a relação do sujeito com o meio, o que auxilia e amplia as estratégias inclusivas; de outro lado, quando posta como eixo central no processo educativo, nas diretrizes e como prioridade nos investimentos, retira a prioridade de outros aspectos fundamentais como a capacitação dos professores, a reorganização da estrutura escolar assim como de sua ressignificação cultural (SOUZA, 2016 apud SOUZA; DAINEZ, 2020).

Devido a pandemia, o ensino remoto emergencial tornou-se temática de debates pois possui algumas peculiaridades e mesmo que tenha como exemplo o EAD, não devem ser considerados sinônimos pois o EAD é regulamentado e coexiste com a educação presencial como uma modalidade de ensino que é oferecida regularmente, e o ensino remoto possui excepcional (SAVIANI, 2020; SILVA; ANDRADE; SANTOS, 2020; VALENTE et al., 2020 apud SOUZA; DAINEZ, 2020).

Valente et al. (2020 apud SOUZA; DAINEZ, 2020) destaca diversos desafios nesse contexto, dentre os quais o suporte tecnológico, a normatização das ações e dos procedimentos e a capacitação de educadores para que essa prática seja efetiva, e a quebra com as práticas tradicionais de ensino para que essa prática seja utilizada com outras linguagens.

Vilela et al. (2020, p. 107-108 apud FERRAZ et al., 2021, s.p.) compreendem que a atualização docente é importante, “sendo aberto a inovações e abordagens alternativas para que possa, ao criar um clima amistoso de interação e liberdade de manifestações, favorecer a autonomia de pensamento e de ação dos alunos”.

Peres (2020 apud FERRAZ et al., 2021) considera que o contexto pandêmico fomenta a discussão sobre a necessidade de o ensino atual ser repensado assim como os modelos e práticas de gestão e o processo pedagógico de ensinar e aprender pois as atividades online e o uso excessivo de tecnologias trouxeram uma postura nova diante a educação: para uns, prejuízos, mas para outros novas possibilidades e maior autonomia, como na educação especial (FERRAZ et al., 2021).

Gonçalves e Ferreira (2020 apud ROCHA; VIEIRA, 2021) concorda haver e destacam algumas práticas educacionais inclusivas

relacionadas a educação especial mesmo na modalidade remoto, formando leitores digitais e incentivando os discentes a lerem e escreverem, ou seja, algumas práticas viabilizam a continuidade do processo educativo na educação especial para que esses evoluam e prossigam. As tecnologias fomentam a integração do individual ao coletivo, o que colabora para a inclusão no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 trouxe múltiplos desafios educacionais, principalmente tratando-se da Educação Especial e Inclusiva, uma vez que essa tem enfrentado dificuldades em muitos aspectos, como a capacitação de profissionais, ferramentas educativas, condições das escolas, adaptação ao ambiente escolar, acessibilidade, relacionamento com as famílias, entre outros.

A utilização do ensino remoto como estratégia educacional para manter o ano letivo devido a necessidade de isolamento social divide opiniões de autores: alguns citam apenas os aspectos prejudiciais enquanto outros consideram questões como afetividade, autonomia, desenvolvimento individual que foram fortalecidos neste tempo.

Cabe ressaltar a necessidade de maiores estudos e pesquisas sobre a temática pois existem consequências a curto, médio e longo prazo.

Referências bibliográficas

ALVES, Elaine Jesus; FARIA, Denilda Caetano de. Educação em tempos de pandemia: lições aprendidas e compartilhadas. Pdf. **Revista Observatório**. Vol. 6, n. 2, p. 1-18, Abril-Junho. 2020.

BUENO et al., Melina Brandt. **Ensino remoto para os estudantes do público-alvo da educação especial nos institutos federais**. ScieloPreprints. Artigo. Brasil, 2021.

EDUCAÇÃO, **Ensino remoto e a escola: lições que são aprendidas e laços que são fortalecidos, diariamente, apesar da distância do espaço físico**. Educação.mg.gov.br. 15/03/2021. Disponível em: < <https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/11289-ensino-remoto-e-a-escola-licoes-que-sao-aprendidas-e-lacos-que-sao-fortalecidos-diariamente-apesar-da-distancia-do-espaco-fisico> >. Acesso em: 01 de

fevereiro de 2022.

FERRAZ et al., Anderson Claiton. **Dificuldades enfrentadas por professores da Educação Básica em relação a alunos com deficiência: uma análise no contexto de pandemia da covid-19**. ScieloPreprints. Artigo. Brasil, 2021.

GAMA et al., Bruna Tayná Brito. **Revista Artigos.Com**, vol. 17, p.1-11, Pará, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROCHA, Gilda Fernandes Silva; VIEIRA, Márcia de Freitas. Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota. **Dialogia**, São Paulo, n. 39, p. 1-14, e20600, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/39.2021.20600>.

SENRA, Vanessa Braz Costa. SILVA, Maria Silene da. A educação frente à pandemia de COVID-19: atual conjuntura, limites e consequências. **BrazilianJournalofDevelopment.**, v. 6, n.12, p.101771-10178, Curitiba, dec. 2020.

SOUZA, Flávia Faissal. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. **Práxis Educativa**, vol.15 Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100169&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos. Desafios da implementação do ensino remoto. **Boletim de conjuntura (BOCA)**. Pdf. Ano II, vol. 4, n. 11, p. 81-89, Boa Vista, 2020.

INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS DESAFIOS PÓS-PANDEMIA

Abraão Danziger de Matos¹

INTRODUÇÃO

O processo educacional concerne em um dos mais importantes na construção do saber do indivíduo, sendo este, componente elementar na infância, adolescência e até na fase adulta, contudo, a educação do Brasil e do mundo viu-se impactada amplamente pelas restrições e precauções impostas pela pandemia do novo coronavírus, popularmente conhecido como Covid-19.

Como forma de minimizar os efeitos da pandemia, a educação contou com o auxílio tecnológico, pois mesmo com o distanciamento, alguns alunos dispunham de acesso aos materiais de estudo. A compreensão dos desafios em um cenário pós-pandêmico é de suma importância para que os profissionais da área educacional consigam dispor da abrangência que o processo de inclusão e tecnológico irá exercer em sua labutação. Para que se obtenha o entendimento desses desafios, é necessário que se compreenda primeiramente como ocorreu a introdução das tecnologias na educação durante a pandemia, sendo a inclusão um ponto central a se ponderar.

O problema verdadeiro reside quando a oferta da educação durante a pandemia não conseguiu atender a todos os alunos de forma igualitária, mesmo com o aporte tecnológico, assim sendo, a educação pode vir a sofrer sérias consequências, principalmente nas competências do desenvolvimento e aprendizagem escolar.

¹ Formado em Gestão de Negócios pela Fatec/BS, com especializações na área da Educação, Administração e Informática, bem como mestrando em Educação pela ACU - Absoulute Christian University. Email: estudentgc@gmail.com

Considerando essas questões, este artigo tem como objetivo identificar a influência da tecnologia na educação durante a pandemia, como ocorreu o processo de inclusão, quais os principais desafios que a educação desposará pós-pandemia, levando em consideração a singularidade das vivências educacionais de cada indivíduo durante a pandemia.

A importância da escola e educadores perante os eventuais desafios tornam-se evidente. Portanto, a discussão das formas que ela pode estar contribuindo, para que esses desafios sejam minimizados é pontual. Portanto, contando com aporte bibliográfico pretende-se sanar algumas dessas inquietações.

1. EDUCAÇÃO E PÂNDEMIA

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2021) no ano de 2020 identificou-se na cidade de Wuhan, na China, um novo tipo de coronavírus, denominado de SARS-coV2, popularmente conhecido como Covid-19, ao qual ganhou um caráter pandêmico. O primeiro caso da doença no Brasil ocorreu neste mesmo ano, devido sua característica altamente contagiosa e letal, medidas foram tomadas para evitar que a doença se propagasse com maior intensidade no país, sendo uma das principais, o isolamento social e o uso de máscaras (BRASIL, 2020). As presentes medidas causaram impactos em diversos segmentos, sendo a educação um destes.

Com a súbita necessidade de mudança dos ramais educacionais, as escolas, professores, alunos, pais, entre outros integrantes da presente comunidade, tiveram que se adequar rapidamente a essa nova realidade (COSTA, 2020; BARRETO; AMORIM; CUNHA, 2020). Visto que “o ensino presencial foi abruptamente privado dos estudantes em seus mais diversos níveis de ensino” (MARQUES, 2020, p. 32).

A tecnologia foi um instrumento fundamental para minimizar os reflexos da pandemia na educação, pois através do seu potencial comunicativo, os professores conseguiam disponibilizar para os alunos o material de estudo, além de também conseguirem sanar dúvidas, corrigir exercícios, entre outros, através das aulas remotas (BARRETO; AMORIM; CUNHA, 2020).

Para Moreira; Schelemmer (2020, p. 8), o ensino remoto pode ser

definido “como uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo”. Além disso, a tecnologia promove a inclusão social, pois dados e informações anteriormente dispersos, podem ser facilmente acessadas através dessa ferramenta.

Segundo Mercado:

As novas tecnologias criam chances de reformular as relações entre alunos e professores e de rever a relação da escola com o meio social, a diversificar os espaços de construção do conhecimento, ao revolucionar os processos e metodologias de aprendizagem, permitindo à escola um novo diálogo com os indivíduos e com o mundo (MERCADO, 1999, p. 27).

A tecnologia, com suas inúmeras ferramentas, corroborou para que as atividades chegassem até os estudantes, para que assim, fossem realizadas, compondo parte da carga horária letiva. Só que mesmo com aporte desse instrumento na modalidade remota de ensino, não se inibe a necessidade das aulas presenciais, sobretudo na educação básica, visto que o caráter urgente ao qual foi implementado essa modalidade de ensino, muitas questões ficaram pendentes, acarretando limitação do ensino e da aprendizagem (GROSSI, 2020; COSTA, 2020).

Pondera-se que nem todos os alunos foram alcançados com a tecnologia, visto que as desigualdades sociais são tangíveis na sociedade contemporânea, ganhando mais notoriedade durante a pandemia. Muitos alunos não dispunham de equipamentos eletrônicos, nem acesso a internet, para acompanhar as aulas remotas, causando prejuízos significativos na aquisição de conhecimento por parte dos educandos.

Para Martins:

[...] os benefícios da tecnologia não são distribuídos igualmente aos membros da sociedade. A disponibilização desses benefícios dentro das instituições educativas privadas também é muito diferente daquele usual nas instituições públicas. [...] De toda forma, como a tecnologia não é distribuída igualmente, ela cria [...] um grupo de incluídos e um grupo de excluídos (MARTINS, 2019, p. 5).

De acordo com pesquisa do Data Senado:

Entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet (DATA SENADO, 2020, p. 1).

Segundo Villas Bôas; Unbehaum (2020) muitos professores também sofreram com esse novo modelo de ensino, pois possuíam pouca ou nenhuma instrução quanto a utilização de ferramentas tecnológicas, causando prejuízos na transmissão dos ensinamentos.

É perceptível que a pandemia evidenciou ainda mais a disparidade social e econômica, onde os alunos que dispunham de acesso à internet sobressaíam-se frente aos que não tinham. Portanto, os desafios que a educação desposará posteriormente a pandemia são vastos, remetendo-se, principalmente, as questões sociais e econômicas dos estudantes.

1.1 DESAFIOS PÓS-PANDEMIA

De acordo com as ponderações de Trezzi (2021) os desafios educacionais posteriormente ao período de pandemia são extensos, pois como supramencionado, mesmo com o aporte tecnológico, contribuindo para minimizar os impactos oriundos da pandemia de Covid-19, as desigualdades intrínsecas na sociedade brasileira, fez com a educação ofertada não obtivesse um caráter igualitário para todos os estudantes.

Todavia, Costa; Nascimento pontuam que:

[...] o ensino nunca mais voltará a ser o que era antes. Embora grandes sejam as desigualdades presentes em nossa sociedade, o ensino remoto abre precedentes para novas formas de aprender e reaprender e para descobrirmos um mundo de oportunidades e a amplitude que tem a educação. Os professores vivenciaram novas formas de ensinar, novas ferramentas de avaliação e os estudantes estão podendo vivenciar novas formas de aprender e entender que precisam de organização, dedicação e planejamento para aprender no mundo digital (COSTA, NASCIMENTO, 2020, p. 4).

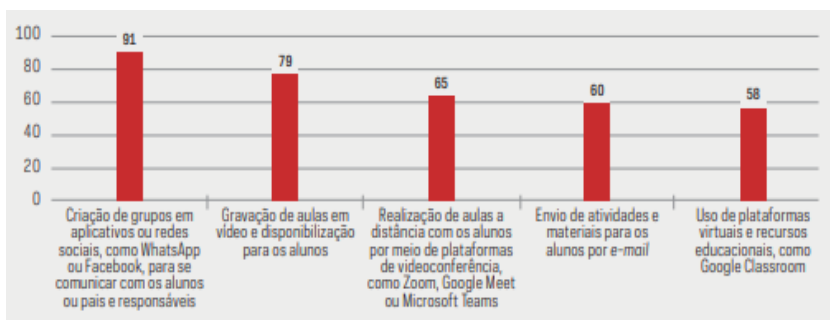
Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2020) A evasão escolar, mostra-se como um dos principais desafios a serem

enfrentados quando a pandemia enfim cessar, pois anteriormente ao surto dessa doença pelo mundo e pelo Brasil, a educação nacional contava com cerca de 1,3 milhões de alunos, em idade escolar, afastados das instituições de ensino.

No entanto, a pandemia agravou esse quadro ainda mais, visto que durante o presente período, estimasse que esse número tenha quadruplicado, onde cerca de 4 milhões de estudantes estejam afastados das escolas. De modo basilar, o número de alunos em evasão escolar no Brasil soma aproximadamente 5 milhões (PNAD, 2020). Para Costa; Nascimento (2020, p. 5) “A pandemia tornou transparente muitas desigualdades, mostrando que temos muito o que avançar e fazer na luta contra a evasão escolar e nos impactos no período pós-pandemia”.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2021) pontua que as escolas brasileiras adotaram medidas para a continuidade das aulas de modo remoto, utilizando instrumentos tecnológicos e informacionais. Os dados mostram que 91% das escolas adotaram a criação de grupos em aplicativos ou redes sociais para viabilizar a comunicação com os alunos e seus responsáveis, 79% disponibilizaram aulas gravadas em vídeos, 65% utilizaram plataformas de videoconferências, 60% utilizaram o e-mail e 58% utilizaram plataformas virtuais e recursos educacionais. Os presentes dados estão evidenciados na figura 1 a seguir:

Figura 1 - Escolas, Por Medidas Com O Uso De Tecnologias Adotadas Pela Escola Para A Continuidade Da Realização De Atividades Pedagógicas Durante A Pandemia Covid-19 Em 2020 (%)



Fonte: CETIC (2021, p. 31).

Segundo o CETIC (2021) outro desafio é consiste na falta de computadores e celulares, bem como, do acesso à internet nas residências dos estudantes, representando que 86% dos alunos não tinham as presentes ferramentas para realizar o acompanhamento das aulas remotas. Sem acesso aos materiais de estudo e as explicações dos professores, além de não terem como sanar suas dúvidas.

A pesquisa ainda evidencia que a dificuldade dos pais ou responsáveis para apoiar os alunos nas atividades escolares representam cerca de 93% (CETIC, 2021). Esses dados indicam que muitos pais ou responsáveis não possuíam escolarização/conhecimento para realizar o auxílio ao aluno, não tinham tempo ou até mesmo não tinham interesse nesse suporte, culminando em dificuldade de aprendizagem pelo discente, refletindo futuramente nos aspectos educacionais.

Nessa mesma linha de pensamento, Trezzi (2021); Villas Bôas; Unbehaum (2020) elucidam que o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos alunos mostrou-se uma grande adversidade durante a pandemia, pois essa condição impossibilita que eles orientem e acompanhem os filhos nos períodos de estudos domiciliares, em decorrência do analfabetismo. Muitos, não dispõem de conhecimentos tecnológicos, tornando-os inaptos ao auxílio do aluno no desenvolvimento das atividades remotas.

A carência de habilidades dos professores na utilização de recursos tecnológicos na sua labutação remota (61%) e o aumento da carga de trabalho dos mesmos (73%) também são desafios pontuais para o futuro, pois muitos sofrem com questões psicológicas para adequar-se a nova realidade imposta pela pandemia, além de não conseguirem transmitir todos os ensinamentos aos alunos por conta dessa nova conjuntura educacional (CETIC, 2021).

Além das presentes ponderações, os alunos com deficiência também foram prejudicados por esse contexto, pois com suas características, demandando de uma atenção mais diferenciada, o ensino ficou prejudicado, pois as metodologias inclusivas, ficam limitadas. Os dados mostram que essa dificuldade no atendimento a esses alunos representou 59% (CETIC, 2021).

Como forma de minimizar os presentes desafios, é vital a adoção

da formação continuada para os docentes, pois somente com os ensinamentos corretos e atuais, o professor conhecerá melhor as ferramentas tecnológicas, podendo usufruir de forma ampla das suas capacidades educacionais. Assim, os alunos serão diretamente beneficiados (MERCADO, 1999; SOUSA FILHO; MENEZES, 2021; LOPES, 2020).

O educador em uma realidade pós-pandemia tem a incumbência de tentar reduzir as desigualdades expostas por esse contexto, disponibilizando o reforço educacional aos discentes que foram desamparados em detrimento das suas necessidades econômicas e sociais no decurso da pandemia.

Todavia, para a fomentação de uma educação de qualidade pós-pandemia é necessário que todos os agentes da comunidade escolar estejam empenhados em efetivar mudanças verdadeiras nesse âmbito.

Segundo Valente:

As mudanças na educação dependem também de termos administradores, diretores e coordenadores mais abertos, que entendam todas as dimensões que estão envolvidas no processo pedagógico, além das empresariais ligadas ao lucro; que apoiem os professores inovadores, que equilibrem o gerenciamento empresarial, tecnológico e o humano, contribuindo para que haja um ambiente de maior inovação, intercâmbio e comunicação (VALENTE, 1999, p. 34).

Sousa Filho; Menezes (2021) acrescenta que diversos segmentos educacionais foram impactados, não somente os que se remetem a educação básica, portanto, os desafios futuros são amplos, é de suma importância a preparação para uma realidade pós-pandemia, para que assim a mediação do ensino-aprendizagem seja realizada de forma coesa, visando atender aos mais distintos públicos e realidades.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho apresentado, pôde-se observar que, que a pandemia da Covid-19 careceu que a escola e sociedade de forma geral se adequassem às novas necessidades do momento. Com o afastamento dos recintos presenciais de ensino, ofertou-se, em suma, uma metodologia alternativa de ensino, o ensino remoto.

A tecnologia exerceu e exerce um papel central na mediação e

propagação dos conhecimentos no período pandêmico, viabilizando que os alunos não sejam tão prejudicados na área educacional.

Percebe-se que a escola, juntamente com os pais ou responsáveis são componentes de extrema importância no que diz respeito ao aluno em processo educacional durante a pandemia, pois cabe aos mesmos a prestação do auxílio ao estudante. Contudo, muitos não conseguem o fazê-lo.

Os desafios que a educação deterá em um futuro pós-pandêmico são extensos, visto o alto número de evasão escolar, alunos que não conseguiram usufruir das aulas remotas por conta da situação financeira ou econômica, estudantes que não tiveram apoio domiciliar, entre outros.

Em um cenário pós-pandemia o docente deterá um papel fundamental na busca pela redução das desigualdades, de modo a fomentar o saber do educando, para que assim, consiga-se uma educação completa, de qualidade e igualitária para todos.

3. REFERÊNCIAS

BARRETO, J. S.; AMORIM, M; R. O. R. M; CUNHA, C. A pandemia da Covid-19 e os impactos na educação. 2020. **Revista JRG de estudos acadêmicos** – Ano III, volume III, N° 7, 2020.

BRASIL. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>>. Acesso em: 30 de jan. 2022.

CETIC. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC Educação** – pesquisa sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras – 2020. 2021. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200326/tic_educacao_2020_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

COSTA, R. **Educação remota emergencial x EaD: desafios e oportunidades**. 2020. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/educa%25C3%25A7%25C3%25A3o-remota-emergencial-x-ead-desafios-e-renata-costa>>. Acesso em: 02 de fev. 2022.

COSTA, A. E. R.; NASCIMENTO, A. W. R. **Os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil**. 2020. Disponível em: <ht-

[tps://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA19_ID6370_30092020005800.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA19_ID6370_30092020005800.pdf) >. Acesso em 02 de fev. 2022.

DATA SENADO. **DataSenado**: Quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante a pandemia. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>>. Acesso em: 31 de jan. 2022.

GROSSI, M. G. R. **O ensino remoto é uma modalidade de educação?** 2020. Disponível em: <<https://avacefetmg.org.br/>>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD COVID19**. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>>. Acesso em: 30 de jan. 2022.

LOPES, D. R. **A formação de professores: desafio do docente em tempos de pandemia covid-19**. 2020. Disponível em: <<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1150>>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

MARTINS, M. R. **Educação e tecnologia**: a crise da inteligência. Educação (UFSM), v. 44, p. 1- 14, ago. 2019.

MERCADO, L. P. L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: EDUFAL, 1999.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma da educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiás, v. 20, p. 2 - 35, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Histórico da pandemia de Covid-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 30 de jan. 2022.

SOUSA FILHO, F. G.; MENEZES, E. N. **A formação continuada em tempos de pandemia de covid-19**. Ensino em perspectiva. 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6459>>. Acesso em: 30 de jan. 2022.

TREZZI, C. **A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional**. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/18268/8843>>. Acesso em: 30 de

jan. 2022.

VALENTE, J. A. Informática na educação. **Revista Pátio**, ano 3. N° 09. Ano 1999. Porto Alegre.

VILLAS BÔAS, L.; UNBEHAUM, S. (Coord.). **Pesquisa:** Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica. Informe n.1. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER A COORDENAÇÃO MOTORA PARA EXPLORAR AS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Liliane Musumeci Ferreira¹

1. INTRODUÇÃO

Reflexão sobre artigos científicos, meio social, cultural, político, econômico, psíquico emocional e corporal, tecnológico para respeitar o desenvolvimento HUMANO na sua totalidade.

Desenvolver a autonomia, a criticidade, a coordenação motora, respeitando todas as fases de desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, utilizando a tecnologia.

Oportunizar todos os estímulos respeitando cada faixa etária de idade, seja de forma lúdica direcionada ou não direcionada, com metodologias qualitativas para construção do SABER.

Multiplicar as sinapses de estímulos durante o processo, assim ocorrer as transformações neurais impulsionando as funções cognitivas, a linguagem, visão, audição, transformar, ultrapassar, inovar os estímulos externos.

Entendendo para Vygotsky, Base Nacional Comum Curricular, Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enfatiza o direito da construção do saber, oportunizar uma vida saudável respeitando cada faixa etária de idade, o brincar, desenvolvimento integral do corpo e mente.

Hoje em 2022 ocorreu diversas transformações tecnológicas e inovações no contexto social, político alavancando abordagens acadêmicas

¹ <https://lattes.cnpq.br/0477-9665-6708-9576>, <https://orcid.org/0000-0001-8749-0652>, Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay - Instituto IDEIA-Brasil, email: lilianemusumeciferreira@gmail.com

diferentes. Importante respeitar o passado, fazer aprimoramento no momento atual, para unir e transformar o processo de ensino aprendizagem eficaz, ocorrendo um futuro de qualidade.

A tecnologia e a ciência do processo de aprendizagem, vem unindo recursos para dinamizar aulas, com metodologias de valorizar, combinar estratégias mais significativas dos conteúdos abordados.

2. POR QUE É IMPORTANTE TER ESTÍMULOS PARA DESENVOLVER A COORDENAÇÃO MOTORA

Pesquisa e estudos científicos para entender o desenvolvimento integral do corporal dentro do contexto social em que está inserido. As práticas e abordagens qualitativas dentro da mobilidade corpora REFLEXÕES sobre o processo de desenvolvimento contínuo e eficaz com autonomia, articulando diretrizes culturais de autonomia e emancipação.

Observando valores e ações podemos propiciar autonomia e desenvolvimento ao logo da vida, em diferentes formas de acordo com o contexto social inserido.

Estudos afirmam que desde o período de gestação no útero já inicia o desenvolvimento do corpo de forma integral e os circuitos cerebrais do indivíduo, entendendo que ao chegar aos 6 anos de idade influenciado de acordo com o meio. Estimulando o exercício motor observamos pleno desenvolvimento físico, psicomotor, somático, cognitivo, emocional e social.

Oportunizar e capacitar as cognições de autoconfiança, de forma prazerosa para a saúde com hábitos de vida saudável.

Construir o conhecimento e desenvolver as habilidades motoras colaborando para o desenvolvimento pleno e contextualizando.

Proporcionar e oportunizar os estímulos de coordenação grossa para depois propor pinçar fino – abrir e fechar, amarrar o cadarço, vestir ou tirar a roupa, se alimentar, hábitos de higiene, até conseguir participar de um jogo ou atividade física mais elaborada, dançar, entre outras funções que exige o movimento.

Ter a certeza de que todos precisam participar sem privação, pensar em incluir todos com a mesma oportunidade de informações e acesso,

ênfatizar que todos tem a mesma oportunidade e condições, até mesmo com alguma deficiência.

Com os jogos, circuitos proporcionam regras, trabalho em equipe, disciplina, compreender que podemos ganhar ou perder, conhecer a própria dimensão do corpo a educação – à saúde.

Brincando (...) as crianças aprendem (...) a cooperar com os companheiros (...) a obedecer às regras do jogo (...), a respeitar os direitos dos outros (...); a acatar a autoridade (...), a assumir responsabilidades, a aceitar penalidades que lhe são impostas (...) dar oportunidades ao demais (...), enfim, a viver em sociedade. (KISHIMOTO, 1993, p.45)

Orientação clara e diretrizes definida podemos transformar e inovar novos pontos de vista e de vida. Nunca de forma severa ou de maneira rígida com muitas exigências, porque aí pode prejudicar em vez de ajudar.

Oportunizar para uma vida de bem-estar em constante transformações e diversidade social presente, possibilitando um melhor desenvolvimento social e acadêmico.

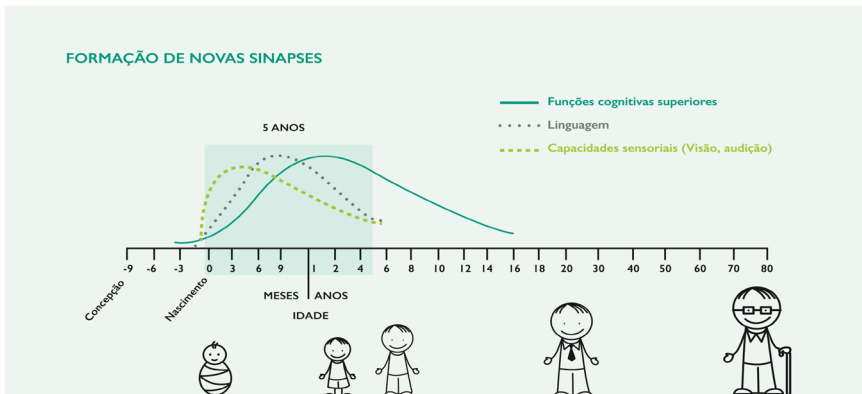
Propor recurso de melhor construção de conhecimento deve ser primordial na prática do aprender.

A aprendizagem cerebral inicia já no período uterino sendo importante no período da primeira infância (nascimento até 6 anos), no útero desenvolve entre 2ª à 3ª semana inicia as células cerebrais “neurônios”, ocorrendo as conexões, assim chamado de sinapses cerebrais.

Compreendendo a complexidade cerebral e mudanças constante de transformação é de grande importância nas interligações de comando ao corpo. Quando se multiplica as sinapses é chamado de “sinaptogênese”, sendo à 700 novas conexões por segundo precisando ser estimuladas constantemente para não ocorrer o enfraquecimento (quando ocorre o enfraquecimento é chamado de “poda sináptica”). Ao nascer o cérebro inicia o processo de “mielinização” substância que envolve e prolonga os neurônios indicando os impulsos eletrônico para melhorar a comunicação neural, composta de proteína e gordura.

Da fase de criança a adulto o cérebro tem diversas transformações dos circuitos neurais sendo chamada essas mudanças de “plasticidade cerebrais” (modificações fisiológicas e estruturas sinápticas e

não-sinápticas).



Fonte: Modificado de Charles A. Nelson, From Neurons to Neighborhoods, 2000

As evoluções de formação e aquisição de conhecimento é diretamente moldado e influenciado de acordo com o meio social inserido, ao observar a genética pontua possibilidades de estimulação e características para desenvolvimento e potencializar as diretrizes de conduta automáticas ou dirigidas do meio social, físico, emocional, exemplo a visão - estímulos luminosos, a audição – sons externos estimulando a movimentação da fala e expressões.

Construção de circuitos cerebrais permanente é importantíssimo estímulos externos e internos impulsionando a evolução hormônio cortisol, ocorrendo a cognição da atuação autonomia individual ou coletiva.

Possibilitar elementos de forma lúdica (mundo da imaginação) é transformar e potencializar o aprender de forma leve para explorar de maneira criativa para ultrapassar novos saberes, codificando e decodificando.

Para Vygotsky (1988, p.81), afirma que:

“o lúdico influencia muito no desenvolvimento da criança. É através do lúdico que a criança aprende a agir sua curiosidade e estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração”.

Motivar a exploração dos elementos físico, concreto e imaginário de maneira simbólica respeitando a idade com metodologia claras e adequadas para os jogos e os circuitos desenvolvendo a cognição com eficaz.

Com atuação de consagração para garantir a exploração, expressão, autonomia, reflexão e desenvolvimento. Os exercícios corporais impulsionam e os músculos, e os músculos impulsiona as sinapses cerebrais indicando os caminhos para a melhor cognição. No estudo da neurociência comprova que as células nervosas recebem e emitem diversas conexões de comandos para expansão e aprimoramento da cognição.

Hoje temos as Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir o direito em lei a todos a construção do saber, fundamental oportunizar e garantir uma vida saudável. Pontuando com campos de experiências sobre o corpo com direitos conviver, de expressar, de brincar, de conhecer com autonomia seja ela individual ou coletiva garantindo um desenvolvimento pleno do corpo e mente.

Para compreender a arquitetura cognitiva nos caminhos para realmente ocorrer a aprendizagem, respeitar contextos sociais, políticos, emocionais, que vão transformando e inovando dia a dia. Prepara metodologias estimulantes, adequadas como a faixa de idade para transpassar e empoderar experiências futuras

Brincar de forma lúdica explorando espaços e recurso presentes, socializando as experiências físicas, concretas somatizando e modulando o presente, o futuro. Impulsionar o córtex cerebral no mundo da imaginação.

Atividades motoras são muito benefício ao corpo, assim oportunizar a construção da aprendizagem e convivo social, para obter um desenvolvimento pleno e integral do corpo consolidando a capacidades cognitivas. Importante articular a prática reflexiva, coerente para realmente alcançar a todos.

2.1. IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA PARA A APRENDIZAGEM

Acompanhar a transformação da tecnologia é um grande desafio, porque constantemente ocorre novas descobertas para melhor o nosso dia a dia, grandes avanços ao longo dos anos com evolução muito rápidas e continua.

Transformando dinâmica do contexto social, político, educacional, medicina, economia melhorando e facilitando a vida, assim fortalecendo e modernizando os recursos.

O sistema de educação precisa utilizar a tecnologia da informação e comunicação, assim auxiliando o ensino, a aprendizagem e todos envolvidos nesse processo.

Com abordagens bem aplicada e adaptadas a faixa etária e estratégias focada da aquisição da engrenagem do conhecimento.

“Conforme dados da pesquisa “TIC Domicílios”, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br)⁵, 92% da população brasileira possuem telefone celular, entre os jovens com idades entre 10 a 15 anos, 66% têm seu próprio dispositivo e 89% utilizam; entre a faixa etária 16a 24 anos o percentual passa de 91% (CETIC.BR, 2017). Em outra pesquisa, também da CETIC.br –“TIC Kids Online Brasil” – a qual objetiva levantar indicadores sobre os usos que crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade fazem da Internet, os dados apontam para um percentual de 93% dos jovens como usuários da Internet, preferencialmente, por meio de celular. Vale destacar que entre a faixa etária 15 a 17 anos esse percentual chega a 97% (Tabela) (CETIC.BR, 2017).”

Desafios e tendências destacam a codificação e ascensão da aquisição do conhecimento, da prática que interfere diretamente os caminhos de curto, médio e longo prazo.

Ao desenvolver o currículo devemos verificar as perspectivas para atingir todos e com habilidades distintas. Delicadeza para direcionar para despertar o interesse promovendo e redesenhando a aprendizagem global, usando recurso para ser ativo e dinâmico. Com impacto de aprimoramento na robótica, plataformas virtuais de sala de aula, mídias para observar ou ouvir o que deseja ensinar, valorizando e flexibilizar a didática no processo de construção do saber.

Solucionar a divergência sociais diversas, empoderar uma formação transformadora de dentro para fora, diminuindo a desigualdade social.

As novas tecnologias permitem reconfigurar o ambiente e ampliar os horizontes coletando, combinado, interpretando com experiências mais real possível. Novas estratégias de ensino aprendizagem surgiram

com a tecnologia com a pandemia de COVID-19, acesso à informação inovando a cultura possibilitando a incluir todos dinamicamente com alta rapidez de conexão.

Metodologias e estratégias digitais a nova realidade promovendo ou capacitando para os desafios e reflexões, indicando acessos à Internet, assim ocorrendo a integração digital. A aprendizagem remota tem potencializado e possibilitado a continuidade da formação do ensino.

Segundo o Freire (1996, p.18), afirma que uma das tarefas precípuas da prática educativo progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Por vivermos numa sociedade altamente tecnológica, há de se desenvolver uma visão crítica no uso da tecnologia. Ainda, segundo Freire (1996), a criticidade evita que se divida ou transforma-se a tecnologia e suas possibilidades na educação.

Neste sentido, Freire (1996) faz a reflexão das discussões da importância da formação docente para o uso da tecnologia na educação bem como o pensamento crítico reflexivo em torno de seu uso. “[...] não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e dos adolescentes das classes sociais chamadas favorecidas. [...]” (FREIRE, 1996, p. 45).

Compreendendo a partir dessa certeza expressada por Paulo Freire que a necessidade do uso da tecnologia para transpor os desafios, formando e potencializando os SABERES, fundamental capacitar os profissionais para realmente conseguir utilizar as ferramentas da tecnologia.

3. CONCLUSÃO

Como podemos ignorar Vygotsky, Paulo Freire a importância de aprender com significado? Como podemos separar o aprender dos acontecimentos atuais? Como dividir a aprendizagem? Por que desfragmentar a tecnologia?

Impossível somos seres únicos e inovadores, precisamos respeitar todo o processo de aprendizagem e transpor os novos saberes.

Vygotsky já enfatizava o desenvolvimento através do brincar, do lúdico tornando o processo mais significativo, já Freire enfatizava respeitar a vivência do indivíduo e aproveitar para transpor o saber.

Vivemos em constante evolução e transformação, hoje as crianças vivem mais com instrumentos tecnológicos “uma revolução TECNOLÓGICA”, não podemos ter retrocesso e sim aprender as novas tecnologias, assim impulsionar essa ferramenta tecnológica para qualificar a aprendizagem significativa.

Nunca esquecer que é fundamental estimular e desenvolver as habilidades motoras e psíquicas para nosso corpo realmente funcione na sua totalidade.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, Márcia Angela da S., and Luiz Fernandes Dourado. “A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.” *Recife: ANPAE* (2018): 28-33.

BESERRA, Ana Carolina et al. QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: um alvo a ser alcançado. *Educação*, v. 10, n. 3, p. 9-18, 2021.

Brasil, Lei 8.069, de julho de 1990. “Estatuto da Criança e do Adolescente.” Lei Federal.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC, 1998.

Delval, Juan. Crescer e pensar: a construção do conhecimento na escola. 1998.

BZUNECK, José Aloyseo. Emoções acadêmicas, autorregulação e seu impacto sobre motivação e aprendizagem. *ETD-Educação Temática Digital*, v. 20, n. 4, p. 1059-1075, 2018.

DAMÁSIO, António. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. Editora Companhia das Letras, 2012.

DA SILVA ARAÚJO, Francisco Geovane; MENEZES, Daniel Brandão; DE SOUSA BEZERRA, Karoline. Neurociência e o ensino da matemática: um estudo sobre os estilos de aprendizagem e as inteligências múltiplas. *Research, Society and Development*, v. 8, n. 12, p. e198121670, 2019.

Dockrell, Julie e Mcshane, John. Criança com dificuldades de apren-

dizagem: uma abordagem cognitiva. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FISCHER, Julianne; TAFNER, Malcon Anderson. **O Cérebro e o Corpo no Aprendizado**. Editora Appris, 2021.

FERREIRA, A. B. H. Minidicionário Aurélio: da Língua Portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, A. B. H. Minidicionário Aurélio: da Língua Portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, J. B. Educação do corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Editora Scipione, 2008.

LUÍS, JOANA DE FREITAS; ANDRADE, SOFIA; SANTOS, PAULA COELHO. A postura do educador infantil é participar da criança como referência de qualidade na educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, pág. 521-541, 2015.

MORAES, Sonia, and Maria Fernanda de Matos Maluf. “Psicomotricidade no contexto da neuroaprendizagem: contribuições à ação psicopedagógica.” *Revista Psicopedagogia* 32.97 (2015): 84-92.

MORALES, Mario N. Experiencia de Aprendizaje Mediado. Aula proferida na Universidad del Mar no programa de doutorado. Chile janeiro de 2010.

SEIXAS, Sónia Raquel Pereira Malta Marruaz. “Da neurobiologia das relações precoces à neuroeducação.” *Interações* 30.10 (2014): 44-71.

Silva, Gustavo Cleiton Sousa, et al. “Educação Infantil na BNCC: análise e contextualização do componente curricular educação física.” *Temas em Educação Física Escolar* 4.1 (2019): 97-116.

Silva Mello, André, et al. “A educação infantil na Base Nacional Comum Curricular: pressupostos e interfaces com a Educação Física.” *Motrivivência* 28.48 (2016): 130-149.

SOUZA, Christiani Coli de. A NEUROCIÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. 2020.

VYGOTSKY, L. A Formação Social da Mente o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Resende, M. F. G. (2021). Tecnologia e educação. *Revista Estudos e Negócios Academics*, 1(2), 68-74.

ROLIM, Amanda Alencar Machado, Siena Sales Freitas Guerra, and

Mônica Mota Tassigny. “Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.” *Revista Humanidades* 23.2 (2008): 176-180.

Teberosky, Ana, and Liliana Tolchinsky. “Além da alfabetização.” *São Paulo: Ática* (1995).

ZATZ, S.; ZATZ, A.; HALABAN, S. *Brinca comigo! Tudo sobre o brincar e os brinquedos*. São Paulo: Editora Marco Zero, 2006.

ENFRENTAMENTO DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS PÓS- PANDEMIA: NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Karla de Lourdes Antunes Souza¹

Patrícia Machado da Costa²

1 INTRODUÇÃO

A comprovação da existência do coronavírus denominado pela comunidade científica de COVID-19 atingiu todos os continentes, provocou muitas mortes e transformou radicalmente a vida de todas as pessoas, em especial, o dia a dia de bilhões de estudantes e professores. Como resultado para o enfrentamento das questões sanitárias, a Organização Mundial de Saúde (OMS), indicou o isolamento social como a única alternativa de paralisar e exterminar a disseminação do vírus. Uma das possibilidades imediatas foi à suspensão das aulas presenciais em todas as modalidades do sistema de ensino, medida essa tomada não apenas no território brasileiro; pois o mundo inteiro parou suas atividades escolares presenciais.

Mediante desse cenário de isolamento social, onde o medo e a insegurança estão presentes na vida das pessoas, a educação foi repensada em todos os momentos da pandemia. Atualmente, tem-se observado grandes inovações tecnológicas com os mais variados fins. A população mundial vive numa era denominada de “Era da informação digital” onde as tecnologias da informação e comunicação eclodem trabalhando

1 Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, especialização em Educação Infantil e Alfabetização e Letramento. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay. E-mail: kaka.antunes@hotmail.com.

2 Licenciada em Pedagogia pela Universidade CEUMA, Pedagoga do IFMA instituto federal do maranhão. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade de Columbia Del Paraguay. E-mail: patriciamachadoc@yahoo.com.br.

intensamente. Os estudantes, vistos como nativos digitais convivem, diariamente, com esses recursos, suas tarefas diárias, envolvem o uso das novas tecnologias. Dentro deste contexto, se faz necessário e emergencialmente, incluir na educação, nas práticas pedagógicas, principalmente, neste momento pandêmico e que o mundo se encontra, os recursos tecnológicos como ferramentas didáticas pedagógicas, para atingir a todos os alunos que se encontram em distanciamento social.

Assim, visando desenvolver um estudo que contemple as práticas tecnológicas utilizadas pelos professores pós- pandemia levantou-se a questão-problema que norteará este estudo: Quais as práticas tecnológicas educacionais utilizadas pelos docentes como ferramenta didática no processo de ensino- aprendizagem pós pandemia na Educação Básica?

O estudo apresentou como objetivo principal analisar os novos desafios de práticas tecnológicas pós- pandemia COVID-19, utilizadas pelos docentes na Educação Básica. E como objetivos específicos destacam-se: Realizar um esboço sobre o ano de 2020 marcado pela disseminação da COVID-19 que atingiu o mundo inteiro; discutir a prática pedagógica e os desafios que emergem da docência em tempos e pandemia; e finalmente abordar o impasse e os impactos da COVID-19.

Neste sentido, o estudo se torna relevante, pois permitirá a pesquisadora aprofundar seus conhecimentos sobre a utilização das TICs, as quais poderão ser bastante úteis futuramente, para que possam ser utilizadas em diversas situações em sala de aula; quanto ao momento pandêmico enfrentado. A importância desta pesquisa para a comunidade acadêmica e a sociedade servirá de estímulo para a obtenção de conhecimentos, compreendendo a relevância e a inclusão da utilização das TICs nas práticas pedagógicas antes, durante e pós-período pandêmico.

A metodologia empregada neste estudo é uma revisão bibliográfica, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva; onde foram utilizados livros publicados por autores renomados, dissertações, teses, monografias que abordam este tema, assim como também, artigos científicos nacionais e internacionais, jornais e revistas eletrônicas especializadas na área, disponíveis na rede mundial de computador. O período dos artigos pesquisados foi entre 2018 a 2022 (publicações dos últimos 05 anos); as palavras chave utilizadas na busca foram: Tecnologia digital, pandemia, educação básica.

Logo após o desenvolvimento das seções, serão apresentadas as considerações finais do estudo devidamente acompanhado com as recomendações e ou sugestões realizadas pela autora.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UM BREVE OLHAR SOBRE 2020: ESBOÇO HISTÓRICO

E subitamente uma mudança avassaladora muda a vida de todas as pessoas do mundo. A partir daí iniciaram mudanças desde uma reorganização familiar muito séria, onde os filhos ficaram em casa, os pais não foram trabalhar e até o comércio fechou. Apenas os serviços essenciais estavam funcionando. E diversas medidas de distanciamento impactaram a vida de todos, cujo objetivo é garantir o isolamento social e a propagação do vírus.

A educação e bilhões de alunos e docentes da população brasileira ficaram paralisados e impactados. A primeira ideia foi suspender as aulas presenciais e suas atividades escolares, medida rápida e direta contendo o objetivo de conter o avanço do vírus da COVID-19. Segundo Dayrell (1999, p. 22), a sala de aula é vista como uma grande rede de interações sociais, onde é necessária uma boa organização para que possa construir o instrumento de ensino-aprendizagem, sendo relevante existir uma boa comunicação entre os docentes e discentes; pais e alunos; professor e pais; aluno e alunos.

Nesse instante, gestores e professores entraram em ação conversando com as famílias e orientando adequadamente as mesmas. Coube aos responsáveis a incumbência de transmitir, apoiar o trabalho da escola, pois uma das principais funções da família é a função educacional. Surgiram diversos questionamentos e preocupações, porque iniciou o denominado “novo normal,” expressão utilizada para explicar o novo momento associado à propagação do vírus, o qual poderia ser contraído por qualquer indivíduo, em qualquer tempo. O ensino passou a adquirir uma nova modalidade durante a pandemia. Essa nova modalidade denominou-se de Ead – Ensino a distância, onde tornaram-se fundamentais para fazer a informação e o conhecimento chegar a todos, exigindo que os docentes tivessem pleno domínio das TICs – Tecnologias de Informação

e Comunicação (COSTA, 2020, p.12).

Segundo Costa (2020, p. 13), é necessário que cada professor possa encontrar uma forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os variados procedimentos metodológicos. Nesse momento, o governo passou a dar subsídios aos docentes através de processos formativos, pois toda a classe de professores necessitava de formação. Aliado a esse déficit, os gestores públicos tiveram que correr contra o tempo e contra a pandemia, e à distância, propiciar a formação continuada.

Muitos professores possuem as TICs presentes em sala de aula, promovendo aulas dinâmicas, criativas, tendo o mundo a sua frente são alguns dos pontos positivos a serem citados. Mesmo assim, existem alguns docentes muito tradicionais e resistentes, porém, o novo momento exige engajamento de todos para poder obter êxito nessa nova modalidade de ensino, sendo necessário quebrar paradigmas e concepções já enraizadas. A insegurança, o receio, a inquietação, adequação a sala de aula, fez com que os docentes mudassem seu modo de agir e adaptassem ao mundo digital com uma certa urgência. Concomitante a este fato, os professores acompanharam mais de perto a realidade vivenciada pelos seus alunos como a falta de estrutura familiar, a falta de recursos tecnológicos, o emocional causado pelo isolamento, dificuldade de aprender a gerenciar o tempo para estudar, executar as atividades, participar das aulas online, dentre outros (SANTOS, 2014, p.40)

Tal momento, segundo AITÉ (2020, p.4), tornou-se as reuniões de planejamento distantes fisicamente, exigindo mais de cada docente para discutir e refletir sobre o ensino remoto em sua totalidade. Sem previsão de retorno escolar a preocupação com a qualidade da aprendizagem tornou-se o ponto essencial. A saúde mental e equilíbrio emocional foram pontos considerados primordiais, pois agora estavam distantes fisicamente. Tais fatores deverão estar associados durante todo o período do isolamento, onde adolescentes e jovens, trancados em seus quartos, realizando o que mais gostam nesse novo milênio, que é estar ligado nesse mundo virtual. As escolas que tinham experiência com o uso das tecnologias, dentro das suas realidades, conseguiram se mover rapidamente, e os estudantes se adequaram facilmente.

A inserção das novas tecnologias e estratégias de transmissão de conteúdo, aulas online, aulas gravadas, planos de aula diferenciados,

plataformas digitais possibilitaram a conexão imediata entre escola e família, transformando a educação. Nunca perder o foco, manter uma bola saúde ao máximo, a rotina são pontos apontados que deverão ser focados para os professores, alunos e responsáveis. Para Libâneo (2014, p. 309), o maior objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que conduz a melhoria da qualidade da aprendizagem. Assim, se faz necessário buscar esse planejamento envolvendo a todos para então, dar continuidade a este trabalho educacional.

2.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA E OS DESAFIOS QUE EMERGEM DA DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vários são os desafios que permeiam a prática pedagógica, sendo um deles transformar e repensar no fazer pedagógico, bem como todas as relações e limitações que constituem esta dinâmica, pois, conforme o modelo de sociedade e de ser humano que se pretende formar, onde serão atribuídos diferentes papéis aos educadores. A chegada da pandemia introduziu nas instituições escolares um cenário de muitas mudanças e desafios, sendo que obteve maior destaque foi a exigência de um novo perfil profissional de educadores para ministrar aulas nesse contexto de contradições vivenciadas dentro e fora do espaço escolar. É preciso então, recorrer a Perrenoud (2010, p. 14), o qual nos sinaliza sobre os sete requisitos que precisam ser incorporados no perfil docente do século XXI, sendo eles: pessoa confiável; mediador intercultural; mediador de uma comunidade educativa; garantia da Lei; organizador de uma democracia; transmissor cultural; e por fim, intelectual.

Segundo Goergen (2007, p. 358) apud Morosini (2011), destaca quatro competências essenciais ao ser educador na atualidade: Competência para lidar com o provisório, o erro, a ilusão, com a incerteza, manter aberta a perspectiva crítica e autocrítica; competência rejuntiva, que promove os desafios da Educação em Tempos de Pandemia; competência comunicativa, pois constituir-se como indivíduo inserido na sua cultura, no espaço comum, público; competência sensitiva e ecológica, do sensível, do lúdico, do imaginário, do poético.

Ressalta-se que o perfil de profissional traçado perpassa por caminhos diversificados entre sociedade e escola, estabelecendo relações

com as questões ligadas no dia a dia, da cultura, da economia, o qual consiga integrar-se de forma dinâmica com o processo ensino- aprendizagem, corroborando com a construção de um aprendiz cada vez mais independente, autônomo, crítico e criativo. A pandemia chamou a atenção de todos os educadores para repensar sobre seu relacionamento com os alunos e os métodos utilizados para ensinar e avaliar, disponibilidade ao risco, a aceitação do novo e a utilização de um critério para repensar no tradicional (AITÉ, 2020, p. 3).

O isolamento social, o trabalho remoto, o uso das tecnologias como ferramentas para mediar o processo de ensino e aprendizagem, as desigualdades no acesso e no uso as tecnologias demonstraram as dificuldades que as instituições de ensino brasileiras possuem para encontrar mecanismos e propiciar aos alunos as possibilidades de interação e incluí-los no processo ensino-aprendizagem e, por consequência disso, implica em encontrar formas eficientes de aprender, mostrando as dificuldades que a escola tem de adaptar-se às novas rotinas. Mesmo com todas as dificuldades, erros e acertos grande parte de professores ainda estão enraizados com uma prática pedagógica tradicional, ou seja, do século passado. Faz necessário refletir a razão do porquê as escolas não conseguem desenvolver uma proposta pedagógica capaz de atender a todos os estudantes nesses períodos de crise? Qual a razão da educação continuar sendo realizada de improvisado? Qual o motivo que leva a escola a resistência a mudanças? Sabe-se que estes desafios são gigantescos, porém é de responsabilidade do professor aproximar as interfaces de um fazer pedagógico capaz de se impor às contradições do dia a dia, percorrendo novos caminhos para avançar e enfrentar dificuldades que se apresentam no contexto escolar. Como afirma Perrenoud (2010, p. 17), “[...] para fazer as práticas evoluírem é importante descrever as condições e as limitações do trabalho real dos professores”. Partir deste entendimento considera-se uma das alternativas capazes de potencializar os processos formativos que visam qualificar o ensino-aprendizagem na atualidade, pois parte das reais necessidades que se apresentam nas reflexões sobre a prática pedagógica.

Outro ponto relevante é que a sociedade aponta o professor como sendo o responsável pelo fracasso do aluno, como se ele fosse o único envolvido no processo ensino- aprendizagem. Portanto, se torna importante

refletir sobre todos os elementos que interferem nestes resultados, como por exemplo, as condições de acesso e permanência do estudante na escola, o interesse deles, o apoio familiar, os aspectos cognitivos, culturais, sociais e econômicos, dentre outros. Analisando através destes fatores apontados, observa-se também a discussão em torno da prática pedagógica dos docentes, a qual tem se ampliado dado ao momento histórico vivido. Como já relatado anteriormente, os docentes se sentiram obrigados a adaptar-se de forma rápida a nova rotina de ensinar a distância, fazendo uso das novas tecnologias que até então, não eram comuns à sua prática no contexto escolar comparadas a execução das atividades ministradas de forma presencial. Ao improvisarem tais ações, acabaram por aumentar as críticas às ações desenvolvidas pela escola. Portanto, é necessário considerar que o momento atual fez com que a escola e os docentes se reinventassem por si próprios e como profissionais (THURLER, 2012, p. 89).

Segundo o referido autor, estes fatores têm desestruturado os docentes em relação as suas práticas, especialmente quando se trata da metodologia adotada no processo de ensino- aprendizagem. Certamente, novos desafios da Educação em tempos de pandemia e aprendizagem, gerando um sentimento de indecisão ao se referirem as possibilidades de utilizarem os recursos tecnológicos como ferramentas para fomentar a sua prática pedagógica. Inclusive também fazer o uso de sua criatividade para ofertar um ensino de qualidade. Porém o maior desafio apresentado atualmente está na tentativa de romper com paradigmas e práticas que muitas vezes tornaram- se o ensino tradicional e livresco dentro das escolas. Tais práticas necessitam de serem modificadas e articuladas pelos educadores ampliando os horizontes possibilitando ensinar e aprender diante das situações adversas, dando prosseguimento as ações desenvolvidas pelas instituições escolares. É fato que para superar esta resistência às mudanças é preciso um momento de conscientização e participação coletiva para que possa desestruturar alguns conceitos e relações adquiridas anteriormente devido ao ensino tradicional, autoconstruir novas relações transformando assim o próprio dia a dia.

Existem metodologias que introduzem rupturas fortes, trazem instabilidade, principalmente, quando envolve relações rotineiras dos docentes nas escolas, levando-os a reagirem de variadas maneiras para que

possam preservar a sua rotina ou até mesmo se acomodarem, criando novas relações. Qualquer ruptura interna ou permanente das relações, ou até mesmo aquela forçada externamente a uma equipe de trabalho, pode gerar no dia a dia desde disposição a mudanças (PRADA, 2007, p. 114).

Qualquer mudança de postura frente ao fazer pedagógico remete ao docente uma perspectiva dialética e dialógica. Toda mudança implica em tomada de decisão, porém é preciso considerar suas intencionalidades e necessita ser vista e percebida mediante cada contexto vivido pela comunidade escolar, tomando o cuidado de não generalizar alternativas para que não cair no abismo do sendo comum, pois viver numa pandemia gera muitas inquietudes. Nas palavras de Lima (2010, p. 2), o cenário atual vivido corrobora com a eliminação de alicerces de estabilidade dos discursos pedagógicos que formam a base das práticas educacionais escolares, sendo consideradas progressistas ou conservadoras.

Neste momento os docentes têm sido desafiados a se reinventarem. Nas palavras de Libâneo (2014, p. 4), o novo professor necessita abrir novos horizontes como: ter a capacidade de aprender a aprender, apresentar competência em saber agir na sua sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias. Indo mais além, o professor necessita de promover mais alternativas para conseguir dar conta das novas demandas, especialmente, na utilização das TICs para que possa mediar o processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo e experimentando diferentes propostas para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais próximo de seus alunos permitindo que eles apropriem do conhecimento sem perceber que estavam interados e acostumados com o ensino presencial, possibilitando a criação de outras formas de intervenções qualificadas.

Os autores Moran; Masetto e Behrens (2013, p. 32), explicam a importância de cada professor encontrar a sua maneira de sentir-se bem, comunicando, ajudando os alunos a aprenderem melhor. A diversificação de ministrar as aulas, de realizar atividades e até mesmo o avaliar é muito importante. Porém a pandemia trouxe características que associam ao novo perfil de profissional, para ir muito além da utilização das TICs, principalmente quando se refere ao agir, interagir e lidar com o período de isolamento social.

A profissão exige dos docentes o enfrentamento do desconhecido e a mudança permanente. Não se deve apenas ficar atentos as exigências fixadas pelos programas, se limitarem exclusivamente à transmissão de saberes disciplinares, não devem ver a avaliação essencialmente somativa e seletiva, caso eles pretendam empregar os meios didáticos mais correntes, contudo marginalizarão grande parte de seus aprendizes. Caso agirem ao contrário, atentando para aqueles alunos com dificuldades os quais necessitam percorrer um caminho mais extenso para construir o seu conhecimento e assim aprender, encontrando sentido ao deparar com as disciplinas ministradas pelos docentes, estes estarão correndo o risco de não apenas esgotar nessa tarefa, mas também de não (LE BOTERF, 2016, p. 58).

Nas palavras de Aité (2020, p. 20) deve-se cuidar de quem ensina, pois eles também apresentam um nível de esgotamento igual aos profissionais da saúde. A educação de modo geral; professores, gestores toda a equipe escolar está abalada, por conta de mudanças ocorridas tão repentinamente, não oferecendo a oportunidade de um processo de formação, de reflexão, de adaptação, vinculadas ao discurso do “novo tempo” o qual se revive o dilema da transição do “vai chegar” e “ainda não chegou”.

2.3 O IMPASSE E OS IMPACTOS DA COVID-19

É dever do Estado garantir o direito constitucional à educação, sendo assim passou a ser mais difícil, principalmente com novas situações ocorridas com o a pandemia COVID-19. O ensino remoto e a discussão sobre o *Homeschooling* foram alternativas sugeridas pelas secretarias de ensino onde as escolas estiveram impossibilitadas de receberem os estudantes e pensando em outro lado, as desigualdades se tornaram mais presentes, especialmente naqueles que estudam em escolas públicas e em escolas particulares, aumentando e reforçando o desinteresse do aluno pela escola. Compreende-se que os anos de 2020/2021 foram marcados pela crise sanitária e concomitantemente, tiveram uma representatividade de grandes oportunidades para a educação brasileira. Foi neste exato momento, que todas as instituições brasileiras sentiram a necessidade de se reinventar dispendo da capacidade para atender remotamente. Certamente, mais uma vez acentuou-se a desigualdade e a crise:

as escolas particulares, que se mantinham equipadas, conseguiram se organizar ligeiramente saindo na frente, fator muito negativo, pois mostra aos estudantes brasileiros o abismo existente entre a realidade das escolas dos pobres (públicas) e das escolas dos ricos (particulares) (AÍTÉ, 2020, p. 12).

Conforme o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020 (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020), mostrou que apenas 3,2% dos estudantes que estudam em escolas públicas apresentam aprendizado adequado na disciplina de matemática ao final do ensino médio contra 45,7% dos estudantes das escolas privadas; tal diferença tende a ficar muito piorar, sabendo que várias escolas privadas, mantiveram suas aulas *on line* logo no início da pandemia, comparados a alguns estados e municípios onde os estudantes permaneceram sem aulas durante quatro ou cinco meses. Apesar da pandemia fortalecer a desigualdade, tornaram-se mais evidentes quais são os pontos fracos da educação brasileira e assim, foram apontados alguns caminhos para sair da crise.

O aprendizado trazido pela COVID-19 não se restringiu à adoção de novos modelos de escola ou de novos processos pedagógicos, tornou-se extremamente urgente investir em tecnologia para a realização de atividades *on line*, preparar e formar docentes para a utilização das TICs, implementar os processos de gestão para aprender a conviver com o novo e inesperado, deixar de ser analógica para tornar-se digital, e vários outros fatores. Tudo isso é relevante, porém não corresponde à realidade brasileira. A maior discussão esteve voltada para o *homeschooling*. Observando e fazendo uma leitura a nível nacional a discussão não parece avançar de 2001 até 2020; passaram pelo Congresso Nacional diversos projetos de lei relacionados ao assunto, e nenhum resultaram alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Nos dias atuais, essa discussão o Projeto de Lei 2401/2019- do Poder Executivo, assinado pela Ministra Damares Alves e pelo ex-Ministro Abraham Weintraub, onde tal projeto contempla a possibilidade de ensino domiciliar no Brasil, contendo algumas considerações onde a avaliação é coordenada pelo Ministério da Educação. Desde o ano de 2019 foi enviado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados às comissões que o discutirão, entretanto não houve nenhum avanço. É percebido que

a educação brasileira terá grandes mudanças durante os próximos anos, asseguradas e fortalecidas pelas dificuldades que as instituições escolares enfrentam no sentido de conseguir resultados tais como; pela insegurança nas cidades, pelo alto custo de vida e pelo argumento da liberdade de escolha. Estes motivos são acrescidos, em 2022, pelo receio da população ter se contagiado pelo coronavírus- Covid-19, sabendo que ainda há indícios de que o vírus permanecerá ativo.

Nas palavras de Casagrande e Hermann (2020, p. 122), justificam que tais argumentos, por si sós, não são ideais para que possa justificar a necessidade de educação domiciliar. Os referidos autores firmam a ideia de Durkheim (2013, p.65), que a escola tem a finalidade de socialização, e quando acontece a interação, esta possibilita a aprendizagem de estratégias de entendimento acerca de coisas, de fatos e de situações do mundo objetivo, subjetivo e social.

A escola, enquanto espaço destinado à educação mostra-se necessária, mesmo que possa haver socialização em outros locais, pois a escola faz as mediações pedagógicas neste processo. Para Septimio e Pessoa (2020, p. 143), a liberação da prática do *homeschooling*, em qualquer de suas modalidades, se torna muito nociva para a educação brasileira, pois esta mostra ser uma prática elitista frente à realidade do país. Realmente, deve-se repensar em alternativas viáveis, essa modalidade de educação só atenderia estudantes mais privilegiados, enquanto os pobres continuariam estudando em escolas públicas, precárias, o que tem acentuado muito a desigualdade educacional e incentivando a evasão escolar.

Para Júnior; Lauer (2020, p. 39), questionam o porquê ser discutido como uma alternativa em tempos de pandemia. Hipoteticamente, acredita-se que atualmente as escolas nos moldes apresentados não atendem às expectativas das famílias e ou responsáveis, principalmente, quando se refere ao conteúdo curricular, ao nível de exigência ou de resultados. Às famílias por não se sentirem atendidas, passam a acreditar que é seu direito moldar a educação a seu gosto. Outra hipótese apresentada, é que algumas famílias valorizaram o ensino remoto e perceberam que dá para estudar sem precisar mandar os filhos à escola. À parte a questão jurídica e a constitucionalidade disso, que está sendo devidamente discutida nos âmbitos legais, parece claro que o *homeschooling* pode ser a principal mudança na educação brasileira neste século XXI, e que tal

mudança tende a se acelerar frente à pandemia. Diante desse contexto surge a primeira indagação: Como deve ser encarada esta mudança: revolução ou retrocesso?

É evidente que se no Brasil a educação domiciliar fosse estabelecida por Lei, teria sido uma saída frente à pandemia. O segundo questionamento é: Como o Estado deve enfrentar o problema? É certo que a nova escola do século XXI pós-pandemia precisa olhar a realidade, os paradigmas e perguntar-se sobre a sua identidade. Assim sendo, o atual cenário vivenciado da pandemia serve como lições para a educação, vão muito além da simples mudança no visual. É claro que isso também é relevante, mas deve ser parte de um projeto maior, que tenha no seu interior a motivação para repensar numa escola que seja justa (JÚNIOR, LAUER, 2020, p. 41).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu verificar que a “Era tecnológica” tomou conta de todos, principalmente dos alunos que já cresceram manuseando celulares. *Tablets*, computadores, uma desigualdade em relação aos docentes, onde muitos não cresceram diante desse contexto apresentado e tiveram que se adaptar de forma imediata a situações diversas, mediante das condições exigidas conforme o isolamento social.

Após o período de isolamento social, e com o retorno das aulas presenciais, tornou-se fundamental o domínio dos conhecimentos tecnológicos para serem aplicados no ensino híbrido apresentando-se com uma realidade presente nas escolas brasileiras. Com este novo cenário, não se pode nem se quer pensar em escolas desconectadas da rede mundial de computadores e desprovidas de equipamentos tecnológicos que auxiliem o processo ensino-aprendizagem. Todos os gestores necessitam refletir e transformar a realidade das escolas, realizando investimentos em recursos tecnológicos, democratizando o acesso à internet e qualificando os professores em novas tecnologias.

A educação a distância (EaD), já era conhecida por todas as pessoas antes da pandemia, porém realizada como modalidade optativa, que diante da nova realidade, no Brasil, esta e outros modelos semelhantes se tornaram as únicas alternativas. Importante ressaltar que a internet,

o uso de aparelhos tecnológicos como o celular, eram vistos no interior das escolas como vilões, proibidos por determinações e regimes organizacionais, e no ano de 2020, essa concepção precisou ser reavaliada, uma vez que se tornaram aliados e principais instrumentos de aprendizagem.

Visivelmente, é percebido que a prática pedagógica ganhou novos olhares e maior espaço na discussão no meio educacional, sabendo que a sociedade vem se modificando com muita rapidez devido ao avanço das TICs e, trazendo como consequência, os desafios impostos pela pandemia que assola a todos. Por isso, é necessário compreender os desafios que se apresentam, e a partir deles, repensar o fazer pedagógico, as relações humanas e limitações que constituem esta dinâmica conforme o modelo de sociedade e de ser humano que se pretende formar: cidadãos críticos, políticos e criativos, para que isso se concretize é atribuído diversos papéis ao educador atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITÉ, Lourdes. Socióloga defende o papel do professor e propõe mais momentos de reflexão sobre a pandemia. **Porvir**. 2020. Disponível em: <https://porvir.org/sociologa-defende-papel-doprofessor-e-propoe-mais-momentos-de-reflexao-durante-pandemia/>. Acesso em 15 de janeiro 2022.

ALVARADO PRADA, Luis Eduardo. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2007.

CASAGRANDE, Cledes; HERMANN, Nadja. **Formação e homeschooling: controvérsias**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2014789, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://revistas.apps.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14789/209209212953>

DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOERGEN, C. **O século XVII e o nascimento da Pedagogia**. In: GAUTHIER, Clérmont; Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 101-127.

JUNIOR, Jerri Garcia da Rosa; LAUER, Pedro. Homeschooling como alternativa em tempos de pandemia. **Anuário Pesquisa E Extensão Unoesc São Miguel Do Oeste**, v. 5, pp. 1-14, e24585, 2020. Dispo-

nível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/24585/14456>. Acesso em: 22 janeiro2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, João Francisco Lopes. A pedagogia e o cenário pós-moderno: sobre as possibilidades de continuar educando. *Educere et Educare: Revista de Educação*, Cascavel, v. 5, n. 10, p. 1-12, 2010.

LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. São Paulo: Artmed, 2016.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2013.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário**. Brasília, DF: INEP, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Desafios da Educação em Tempos de Pandemia.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Santo Tirso: White Books, 2014.

SEPTIMIO, Carolline; PESSOA, Márcio de Souza. **O ensino domiciliar como política pública no Brasil: uma alternativa às escolas?** *Olhares*, Guarulhos, v. 08, n. 02, pp. 133-146, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/10777/7894>. Acesso em: 22 janeiro/2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020**. São Paulo, SP: Moderna, 2017. E-book. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/456.pdf?1969753478/=&utm_source=content&utm_medium=site-todos. Acesso em: 20 janeiro/2022.

THURLER, Monica Gather. **Da avaliação dos professores a avaliação dos estabelecimentos escolares**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

INCLUSÃO DIGITAL PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS EM TEMPOS DE ENSINO

Camila Abreu Thomazini Frinhaní¹

Eliete Regina Alves da Silva²

INTRODUÇÃO

Exatamente, no início do século XXI, o mundo inteiro foi assolado por um vírus; um evento inédito na história, dado que, no passado, epidemias parecidas se desenvolveram em um cenário de muito menor integração entre países e pessoas, divisão do trabalho e densidade populacional. Tal vírus possibilitou parar, acordar, olhar, refletir e perceber que o ser humano é vulnerável e que a pandemia mostrou a todos que é preciso se reinventar e conviver com o “novo normal”.

Tal processo consiste em uma transformação cultural à medida que os docentes, considerados consumidores de uma nova forma de ensinar, sentem-se incentivados a buscar novas informações de ensinar e assim, apropriar dessas novas conexões tecnológicas com estes conteúdos de mídias, para futuramente aplicá-las no meio educacional.

A vivência em tempos de transformação digital é concreta, pois a velocidade do uso de tecnologias tem influenciado o modo de vida das pessoas. A comunicação e o consumo de mídias sociais, aplicativos tomaram conta das instituições de ensino através de sistemas de gestão. Portanto, compreende-se que a educação sofreu mudanças que determinaram os novos processos de ensino- aprendizagem. A maior mudança surgiu nos anos 90 com a introdução da Internet, onde os meios de comunicação como rádio, jornais, televisão ocuparam o segundo patamar.

1 Mestranda em Educação pela Universidade Columbia, graduada em Letras pelo Centro Universitário São Camilo. E-mail: Camila_thomazini2@hotmail.com

2 Mestranda em Educação pela Universidade Columbia, graduada em Letras pelo Centro Universitário São Camilo. E-mail: elieteregina.2016@hotmail.com

Dentro dessa visão, o problema que será investigado nesta pesquisa será o seguinte: Com o advento da pandemia do COVID-19, quais as metodologias e recursos tecnológicos adotados pelos docentes para dar continuidade e garantir um ensino de qualidade?

Responder por este estudo, bem como algumas das hipóteses levantadas como possíveis sustentação ao problema levantado: Acredita-se que em regime de urgência e com extrema competência, os órgãos/e ou secretarias que respondem pelo ensino organizaram um conjunto de ações para viabilizar aulas não presenciais na rede a partir de ferramentas tecnológicas; pressupõe-se que houve uma busca de estratégias, com amplo estudo/levantamento dos quantitativos de domicílios (de discentes e docentes) que possuem acesso à internet e a computadores, e finalmente, aponta-se a existência de professores que dominam e sabem utilizar a plataforma digital, sendo ela considerada a principal ferramenta de ensino.

O estudo se justifica pela necessidade de aprofundar os conhecimentos e compreender como as escolas organizaram-se com suas equipes pedagógicas para monitorar o processo de ensino-aprendizagem e, como os docentes acompanharam e motivaram seus alunos no que tange a resolução de suas tarefas.

A pesquisa apresentou como objetivo principal compreender quais os desafios encontrados pelos docentes para garantir o atendimento educacional digital aos seus alunos durante e pós-pandemia. E quanto aos objetivos específicos apresentados destacam-se: abordar a utilização das TICs nas aulas não presenciais; conceituar EaD, ensino híbrido, educação *on line* e ensino remoto na visão de alguns autores e finalmente, discutir sobre o ensino-aprendizagem em casa no período pandêmico e pós pandêmico.

A metodologia empregada neste estudo é uma revisão bibliográfica, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, trazendo um texto dissertativo expositivo, pautado na exposição e explicação de ideias, no qual foi feita uma consulta a livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nos seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados, etc) base 1: Martins (2019), base 2: Valente (2018), base 3: Sales e Pinheiro (2018); base 4: Tomazinho (2000), dentre outros, que deram base para realização deste estudo. O período dos artigos pesquisados foi entre 2019 a 2022 (publicações dos últimos 04 anos),

as palavras chave utilizadas na busca foram: Tecnologias digitais, ensino híbrido, educação On-line e ensino remoto.

2 PANDEMIA COVID-19: A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS AULAS NÃO PRESENCIAIS

Praticamente todas as instituições de ensino brasileiras adotaram ferramentas tecnológicas voltadas para a área pedagógica as quais se tornaram uma alternativa relevante no contexto da pandemia da Covid-19. O grande risco de contágio e disseminação do vírus provocou a paralisação das aulas e encontros presenciais, interferindo nos planejamentos e na rotina dos estudantes e docentes.

Diante dessa realidade, as escolas tiveram que se reorganizar, com o poder de decisão e autonomia seu calendário escolar com aulas não presenciais, ou seja, EaD. Tal decisão consistiu numa alternativa emergencial para dar continuidade ao ano letivo, enquanto não houvesse segurança para o retorno dos encontros presenciais. Sendo assim, a principal estratégia foi utilizar ferramentas tecnológicas, como a Internet, as aulas por meio de aplicativos e salas de aulas virtuais, canais do Youtube, canais de TV, entre outras; apesar de ser uma tarefa desafiadora e bastante complexa, porém necessária. A educação teve que se reinventar e se adequar a nova realidade (MARTINS, 2019, p. 2).

Segundo o referido autor, países em desenvolvimento, como o Brasil, o qual apresenta uma relevante desigualdade socioeconômica, este é o maior desafio, sabendo que as condições de acesso às tecnologias são desiguais.

É importantíssimo fazer uma reflexão sobre as relações entre escola X tecnologia, considerando a realidade em que os discentes estão inseridos, especialmente, aqueles que estudam na Educação Básica; principalmente pela importância dada aos avanços tecnológicos e dos impactos na vida das pessoas, assim como a desigualdade de condições de acesso é preciso levar em conta (MOREIRA e KRAMER, 2017, p.30).

A socialização e os benefícios das tecnologias não são distribuídos equitativamente para a população. Tais benefícios disponibilizados para as instituições educativas privadas também é muito diferente comparada as instituições públicas, criando assim uma desigualdade, ou melhor, um

grupo de incluídos e um grupo de excluídos (MARTINS, 2019, p.29).

Apesar destes empecilhos, foram buscadas estratégias para a execução de atividades educacionais contínuas, cuja finalidade é contribuir para o bem-estar dos aprendizes durante este período de afastamento, reduzindo os impactos relacionados às rotinas e regularidade no ensino, mesmo perante uma situação inesperada, na qual a normalidade das ações diárias foi restringidas pela mobilidade (VALENTE, 2018, p. 122).

Ainda Valente (2018, p. 122), evidencia que mesmo com a possibilidade da realização das atividades a distância como cômputo de carga horária letiva, as contenções de encontros presenciais restringem as oportunidades de aprendizagem, levando em conta o tempo necessário ao aprendizado e os modos de interar e comunicar entre discentes e docentes dependem de diversos fatores, sendo um deles, as ferramentas tecnológicas.

Atualmente, docentes e discentes passaram por adversidades, perante o enfrentamento deste inesperado cenário. Com a possibilidade de buscar estratégias de menor custo e relativa facilidade de implementação, como por exemplo, a educação via rádio e a televisão educativa, fica bem clara a limitação quanto às interações entre docente e alunos, isto se explica pela dificuldade para mediar o conhecimento, pois neste momento a única alternativa é apenas online e salas virtuais. A plataforma on line e a utilização de ferramentas tornaram - se disponibilizadas, porém mesmo assim, os desafios permaneceram. A urgência de investir na Educação Continuada e na formação e capacitação de docentes, gestores, pedagogos para a utilização da tecnologia, e também na superação da desigualdade social quanto ao acesso às ferramentas tecnológicas (PRADO e ROCHA, 2018, p. 133).

Ao deparar com este cenário imposto pela pandemia da COVID-19, tornou-se necessário e urgente, uma possibilidade de ensinar e aprender: As novas tecnologias possibilitaram reformulações de relações entre alunos X professores e também de rever a relação da instituição de ensino com o meio social, permitindo a diversificação dos espaços de construção do conhecimento, ao revolucionar os processos e metodologias de aprendizagem, possibilitando à escola um novo olhar e diálogo com os sujeitos e com o mundo (MERCADO, 2019, p. 101).

Evidencia-se que dentro deste contexto surge a necessidade de reconfigurar, de ampliar e possibilitar novas práticas pedagógicas que

reconhecem a interação professor-aluno. Chama-se a atenção além dos aspectos voltados para à formação dos docentes, aponta-se outro fator que talvez possa ter comprometido a implantação das aulas não presenciais sendo a questão do nível de escolaridade dos próprios familiares e responsáveis pelos educandos. Tal fator é um empecilho que dificulta o acompanhamento e orientações dos filhos nos momentos de estudos, muitas vezes a grande maioria possui conhecimento tecnológico básico para ajudar seus filhos a executarem suas atividades proposta pelos professores no ambiente online. Refletindo aqui também, as dificuldades enfrentadas pelas famílias menos favorecidas economicamente durante a pandemia, em especial, aqueles pais que perderam o seu trabalho, trazendo como consequência a falta de recursos para manter o básico como a alimentação, sem mencionar que muitas crianças e adolescentes freqüentavam a escola para fazer as suas principais refeições diárias (MERCADO, 2019, p. 18).

O referido autor afirma que deve ser considerado que durante as aulas não presencias, em plena pandemia, além de ministrar os conteúdos das diversas disciplinas presentes na grade curricular de cada uma das escolas brasileiras, é tarefa pensar no letramento digital dos discentes e docentes, capacitando-os para o uso das novas mídias digitais, no interior e exterior do ambiente escolar.

2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, ENSINO HÍBRIDO, EDUCAÇÃO ONLINE E ENSINO REMOTO: DEFINIÇÃO

Faz-se necessário buscar o conceito de cada termo anunciado nesta seção, principalmente pelo momento de extrema emergência que conduziu à busca de uma apreensão emergencial, aligeirada e por muitas vezes superficial, porém acredita-se que as experiências e demandas impostas pelo distanciamento social provocaram um crescimento no quantitativo e modelos de ensino não presencial.

2.1.1 Educação a distância

Estando presente legalmente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, ofertando as instituições de ensino, especialmente de nível

superior, a Educação a Distância – EaD. Iniciou a chamar a atenção nas exigências e necessidades da população brasileira, logo com a imposição do distanciamento social pela Pandemia de COVID-19. Imediatamente, todos os órgãos de ensino, gestores, os meios de comunicação em massa e a sociedade iniciaram suas falas sobre EaD. Inclusive houve uma grande confusão de nomenclaturas as quais transparecia o desconhecimento e compreensão desta modalidade, muitas vezes utilizando termos similares de muitos outros (SALES, 2018, p. 66).

Como mencionado anteriormente, a EaD se definida como uma das modalidades de ensino previstas na LDB, dispondo de ampla regulamentação para o seu desenvolvimento, regulamentada no artigo 80 da LDB, a EaD tem hoje um Decreto nº 9.057/2017, que a define em seu art. 1º como uma modalidade da educação básica, a qual ocorre a sua mediação didático-pedagógica nos processos de ensino- aprendizagem utilizando a tecnologia de informação e comunicação, contendo docentes qualificados que possa desenvolver atividades educativas para os alunos e profissionais da educação que possam estar em diversos lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, p. 1).

Existem ainda algumas regulamentações que orientam o desenvolvimento da Educação a distância, onde se define seus formatos e critérios para a sua oferta, contendo acompanhamento e avaliação pelos sistemas de ensino e os respectivos órgãos reguladores. A dimensão pedagógica traz consigo as construções sobre os formatos de grade curricular, material didático-pedagógico, multimídia totalmente estruturado em modo dialógico, procedimentos e avaliações específicas, saberes docentes, conteúdos e práticas a serem ministrados em formato presencial e ou a distância, locais e ferramentas de mediação telemática e finalmente, sua adequação e/ou pertinência a determinados objetivos de aprendizagem etc. O dimensionamento de gestão possui indicadores para financiamento, sustentabilidade, institucionalização, parcerias interinstitucionais, equipe de professores e de apoio administrativo específico, logística etc. (BRASIL, 2018, p. 79).

2.1.2 Ensino híbrido

O termo ensino híbrido tornou-se significativo recentemente no

período pandêmico. Dados de pesquisas sobre a introdução tecnológica em ações formativas apontam para a divisão da educação presencial e EaD, considerando o hibridismo como um caminho adotado pelas práticas formativas gradativamente, a partir da tendência da inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (atualmente conhecida como Tecnologias Digitais em Rede) nas ações formais de educação (ANJOS et al., 2019, p. 12).

Nas palavras de Sales e Pinheiro (2018, p. 173), afirmam que existe uma convergência entre o ensino presencial e o ensino à distância., enquanto .uma decorrência natural da inserção das TIC nos processos formativos.de ensino vem se destacando como necessário à implementação de práticas híbridas, provindas de uma cultura institucional que .incorpore naturalmente processos formativos com presença física ou com mediação tecnológica, como processos diversificados, porém provedores de desenvolvimento das habilidades, conteúdos e produções que se pretende.

Desde 2004, foi publicada uma Portaria nº 4.059/2004 que legaliza o ensino híbrido. Hoje no Brasil, é regulado pela Portaria MEC nº 1428/2018, que disponibiliza sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. As Instituições de Educação Superior ao obedecer essa regulamentação poderá ofertar entre 20% e 40% da carga horária total dos seus cursos na modalidade a distância, devendo considerar as condições e exigências especificadas realizando a inclusão de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que deverão incorporar a utilização integrada de tecnologias de informação e comunicação - TICs para a concretização dos objetivos pedagógicos, materiais didáticos específicos, mediação de tutores e profissionais da educação contendo a sua formação na área do curso e qualificação prevista no projeto pedagógico do curso e no plano de ensino da disciplina, os quais deverão descrever as atividades realizadas a distância, a carga horária estipulada para cada uma, especificando minuciosamente, a distribuição da carga horária destinada às atividades on-line. (BRASIL, 2017, p 2).

É relevante destacar que o ensino Híbrido presume a realização de atividades presenciais, o que está impedido pelo atual momento pandêmico da COVID-19 que determina o distanciamento físico (BRASIL, 2017, p 12).

2.1.3 A educação on-line

Nas palavras de Santos (2019, p. 33), é um conceito muito amplo e que não possui nenhum aspecto legal ou regulamentação no Brasil. A educação on line é entendida como um conjunto de diversas de ações de ensino-aprendizagem intermediadas por tecnologias digitais as quais vem fortalecer as práticas interativas e hipertextuais.

Segundo o referido autor, a Educação On-line pode ser encarada como uma perspectiva pedagógica podendo ser incorporada como potencializadora de variadas situações de aprendizagem mediadas através da realização de presencialidade física, a distância ou em processos híbridos.

Deste modo, o que caracteriza a educação on line é a cibercultura, vista como um fenômeno social associada à maneira como os integrantes do processo se apoderam das tecnologias digitais e do ciberespaço fazendo uso de processos interativos de autoria e cocriação. Para Santos (2019, p. 77), afirma que para a sustentação deste paradigma educacional que envolve os processos de ensino com mediação tecnológica digital estão centrados em pressupostos pedagógicos organizados na transmissão, consistindo na adoção de lógicas massificantes dos meios de comunicação e massa e auto aprendizagem, comparadas ao experiência e vivência do ciberespaço, dentro da contextualidade da cibercultura, os alunos concretizam as suas interações com as interfaces para produzirem e compartilharem grupalmente em rede, informações e conhecimentos. Portanto, a educação on-line, possui princípios fundamentados a partir de elementos fundamentais da cibercultura: o social, a rede e a autoria.

2.1.4 Ensino remoto

Em razão da pandemia de COVID-19, ganha uma grande repercussão e visibilidade o termo ensino remoto, a construção do aspecto legal não abarca conceitos e nem procedimentos o ensino remoto como tipologia ou modalidade de ensino. Mesmo assim, a nomenclatura tornou-se popular na mídia, nas redes sociais digitais e gestores públicos mantendo a finalidade de nomear as ações pedagógicas criadas contendo a finalidade de atender às regulamentações emergenciais determinadas pelos órgãos públicos no que tange a educação escolar neste período pandêmico.

As portarias nº 544, de 16 de junho de 2020 e nº 376, de 3 de abril de 2020 do Ministério da educação determinam a substituição das aulas presenciais por aulas que possam ser otimizadas por meios digitais enquanto permanecer a situação atual de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, em nível nacional. Nestas portarias ficam determinadas claramente a suspensão ou substituição das disciplinas presenciais, em cursos regulares autorizados, por atividades letivas que fazem o uso de recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios (BRASIL, 2020b, p.1).

O ensino remoto tornou-se notório em 2020, apesar de não existir nenhuma legislação que o determine como categoria fundamentada em referenciais teóricos. Conforme Santo e Trindade (2020, p. 87), enunciaram que o aparecimento da nomenclatura ensino remoto emergencial (ERE) se deve a partir de situações emergenciais conforme pandemias e outras catástrofes. Os autores definem como uma possibilidade para assegurar a continuidade das atividades pedagógicas objetivando minimizar todos os prejuízos oriundos da suspensão das aulas presenciais.

Quando se inclui a terminologia emergencial e remota devido a situação atual em que o mundo está vivendo, desde 2020, se caracteriza pela impossibilidade de docentes e discentes frequentarem as escolas por motivo da propagação do novo coronavírus. E quanto ao emergencial, traz em baila a temporalidade desta alternativa, sabendo que todos os planejamentos pedagógicos das escolas foram interrompidos brutalmente, correndo o risco de não ser mais aproveitados no ano de 2020 e novas perspectivas tiveram que ser repensadas imediatamente. Pensando deste modo, o ensino remoto é uma alternativa emergencial adotada que não foi estabelecida e adotada nominalmente pelas instituições de ensino para que não possa interromper o vínculo pedagógico (TOMAZINHO, 2000, p. 154).

2.2 ENSINO-APRENDIZAGEM EM CASA

Por razão de sua extensão territorial, diferenças culturais, econômicas e sociais regionais, o Brasil apresenta dificuldades para implantar ações pedagógicas únicas e homogêneas. Vários estudiosos da educação defendem uma educação significativa, contextualizada e adaptada à

realidade local e regional, entretanto no momento em que o Brasil vivencia com a pandemia, tais divergências estão mais agravantes, fortalecendo as desigualdades e discrepâncias com a existência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), apesar de saber que o acesso à educação esteja comprometido para grande maioria dos discentes matriculados no Ensino Médio.

2.2.1 Abrangência do ensino em casa

Pesquisas demonstraram que as regiões brasileiras adotaram de modo diversificado programas de estudos em casa. Na região norte, por exemplo, especificadamente, o Estado do Amazonas adotou o programa Aula em Casa, determinado pelo Decreto nº 42061, de 16 de março de 2020 incluindo todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

O estado de Minas Gerais (2020), o governo disponibilizou o programa Estude em Casa desde o dia 12/05/2020, que atende todos os alunos do Ensino fundamental I ao Médio; contando com o Regime de Estudo Não Presencial onde disponibiliza variados suportes técnicos e tecnológicos como o aplicativo Conexão Escola que possui videoaulas, planejamentos de estudo com tutor e materiais didáticos de apoio.

Na região centro-oeste, segundo Costa (2020, p. 12), os alunos podem retirar os materiais impressos na escola caso eles não tenham internet. Todas as escolas estaduais do estado do Mato Grosso disponibilizam para os alunos o programa Se Liga na Educação, exibido na TV Rede Minas todos os dias, contendo conteúdos selecionados a partir do mapeamento da dificuldade dos alunos, também são transmitidas aulas ao vivo com interação mediada pelo chat no aplicativo Conexão Escola.

O estado do Mato Grosso (2020), implantou o programa Aprendizagem Conectada desde maio para os alunos do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio e ainda, a Secretaria de Educação adotou uma plataforma digital de aprendizagem conectada. A plataforma possui todo o seu material apostilado, atividades e videoaulas para o Ensino Fundamental. Já o ensino médio, além da obtenção de recursos disponíveis na plataforma, também possui aulas transmitidas pela TV Assembleia, de segunda a sexta-feira, pela parte da manhã. Tais aulas

podem ser encontradas no canal do YouTube Pré-Enem Digital. Outro detalhe é que os alunos que não possuem internet podem pegar os materiais e apostilas disponíveis nas escolas públicas.

Na região sul, o estado do Rio Grande do Sul (2020) iniciou um programa de Aulas Remotas em 1 de junho para alunos do Ensino fundamental I ao Médio, sendo que anterior a isso, os docentes passaram por um treinamento para tomar propriedade dos ambientes virtuais e se ambientarem com o ensino remoto para depois iniciar com seus alunos. Os alunos iniciaram este processo a partir de 29/06/2020.

No Nordeste, o estado da Bahia foi o único que suspendeu as aulas e atividades presenciais sem apresentar programas e/ou projetos específicos para os alunos. Somente em maio de 2020, a Secretaria de Educação da Bahia, junto com a Undime Bahia, a União de Prefeitos da Bahia (UPB) e a União de Conselhos Municipais de Educação (UNCME) publicou um documento chamado de “Orientações Gerais para os Sistemas e Redes de Ensino da Bahia”. Tal documento apresenta orientações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento de ações, com a finalidade de reduzir o impacto do rompimento das aulas e atividades letivas para todos os alunos e assim, manter os vínculos da comunidade escolar e a Plataforma da Rede de Práticas.

O referido documento reúne todas as iniciativas pedagógicas organizadas pelos municípios da Bahia priorizando todos os níveis de ensino. O governador discursou que o Estado não possui condições de padronizar aulas pela internet na rede estadual, afirmando que grande parte dos estudantes é de baixa renda e com menor poder aquisitivo (BAHIA, 2020). Sendo assim, a substituição da aula presencial pela aula da internet era impossível.

O estado da Bahia é composto por 417 municípios, e assim ficou inviável reunir as práticas isoladas. O documento supracitado menciona que no caso da Educação Infantil, as atividades serão compensadas, a posterioridade, de forma presencial, respeitando os limites impostos pela legislação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu averiguar que com o isolamento social

provocado pela pandemia COVID-19, trouxe para o cenário educacional diversificadas mudanças, principalmente, a nível mundial. Um fato muito gratificante e percebido foi a valorização da profissão do professor, a responsabilidade e a importância da participação da família no processo de ensino, o uso das TICs em sala de aula e fora dela e, as iniciativas públicas para o setor de ensino. Tiveram seu destaque nesse período e demonstraram sua relevância para toda a sociedade brasileira.

Como resposta a pergunta proposta e ao objetivo de pesquisa compreende-se que os desafios são grandes, porém a utilização adequada e estruturada das TICs, concomitantemente, aliadas ao trabalho pedagógico e ao professor pode corroborar com aprendizagem dos estudantes. Sem mencionar que no mundo contemporâneo, cada vez mais conectado, torna-se prioridade o desenvolvimento de conhecimentos e competências específicas que necessitam urgentemente de serem trabalhadas nas escolas.

A tecnologia veio para acelerar o trabalho do docente como por exemplo, as questões burocráticas como o preenchimento de lista de presença e correção de atividades, liberando, portanto, para o professor mais tempo para dedicar a tarefas de maior complexidade e com maior impacto na aprendizagem dos alunos.

Por fim, a crise da pandemia COVID-19 é uma grandiosa oportunidade de aprender algo novo e sabendo que a única esperança é que o mundo se tornará diferente depois da pandemia. Todas as crises servem de ensinamento para aqueles indivíduos que estão abertos ao novo. Espera-se que, depois de tudo isso, o ensino educação volte a melhorar e seja mais forte e que todos esses efeitos possam ser irreversíveis. Percebeu-se também que a pandemia Covid-19, trouxe impactos significativos e ainda não completamente dimensionados sobre a educação, sendo considerada uma situação nova, as instituições de ensino estão enfrentando dificuldades e desafios fazendo o uso de um processo de inovação educacional. Revelou o quanto está distante de se tornar universal o acesso às TIDs e de obter uma Educação com qualidade, igualdade e equidade para toda população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, Governo do Estado do. Secretaria de Educação e Desporto. Decreto nº 42061, de 16 de março de 2020. **Aula em casa**, 2020. Disponível em: <http://aulaemcasa.am.gov.br/>. Acesso em 15 de janeiro de 2022.

ANJOS, Rosana; SILVA, Lídia; ANJOS, Alexandre. Ensino híbrido: organização e sistematização de conceitos com base em revisão sistemática da literatura. **Revista Em Rede**, v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/issue/view/14>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

BAHIA, Governo do Estado da. **Rui Costa suspende aulas por mais 15 dias na Bahia**. 28 abr. 2020. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/noticias/rui-costa-suspende-aulas-por-mais-15-dias-na-bahia>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4.059/2004. Autoriza a oferta semipresencial em cursos de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1428/2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544/2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jun. 2020b.

MARTINS, M. R. Educação e tecnologia: a crise da inteligência. **Educação (UFSM)**, v. 44, p. 1-14, ago. 2019.

MERCADO, L. P. L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: EDUFAL, 1999.

MOREIRA, A. F. B.; KRAMER, S. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1037-1057,

out. 2007.

PRADO, M. E. B. B.; ROCHA, A. K. O. Formação continuada do professor no contexto da programação computacional. *In*: VALENTE, J. A.; FREIRE, F. M. P.; ARANTES, F. L. (Orgs.). **Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir**. Campinas: NIED/UNICAMP, 2018. p. 149-163.

RIO GRANDE DO SUL, Governo do. Secretaria da Educação. Aulas Remotas. **ESCOLA RS**, 2020. Disponível em: <https://escola.rs.gov.br/aulas-remotas>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022. SALES, Kathia Marise Borges. **Cognição em ambientes com mediação telemática**. uma proposta metodológica para análise cognitiva e da difusão social do conhecimento. 2013. 241f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SALES, Kathia Marise Borges; PINHEIRO, Tulio. A EaD na IPES Baianas: Desafios na Graduação e na Pós-graduação. *In*: SALES, Mary Valda. **Tecnologias e Educação a Distância: os desafios para a Formação**. Salvador: EDUNEB, 2018.

SANTO, Eniel E.; TRINDADE, Sara Dias. Educação a distância e educação remota emergencial: convergências e divergências. *In*: MACHADO, Dinamara P. **Educação em tempos de COVID-19: reflexões e narrativas de pais e professores**. Curitiba: Editora Dialética e Realidade, 2020.

SANTOS; Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura** Teresina: EDUFPI, 2019.

TOMAZINHO, P. Ensino Remoto Emergencial: a oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar. **Medium**, 5 abril 2020. Disponível em <https://medium.com/@paulotomazinho/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-da-escola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar-6667ba55dacc>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

VALENTE, J. A. Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais. *In*: VALENTE, J. A.; FREIRE, F. M. P.; ARANTES, F. L. (Orgs.). **Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir**. Campinas: NIED/UNICAMP, 2018. p. 17-41

EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E TECNOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE TENDÊNCIAS E DILEMAS PÓS PANDEMIA

Thais Ribeiro Corrêa Pinto¹

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aprofundou os conhecimentos acerca da relação entre a inclusão e a tecnologia num cenário pós-pandemia, no tocante a questão da mediação de Lev Vygotsky e as perspectivas para educação num cenário pós pandemia, com um legado para com o uso das tecnologias digitais pautado nas metodologias da educação online, no período da pandemia.

O ano de 2020, inicia ameaçado pelo vírus chamado SARS-CoV-2, o Coronavírus ou COVID-19. Com isso, o mundo iniciou um processo de transformação em diversos setores, inclusive na educação. Em 17 de Março de 2020, o Ministério da Educação suspende através da Portaria N° 343, todas as aulas presenciais desde a educação básica, nas redes públicas e privadas (Almeida e Alves, 2020).

Com a suspensão das atividades presenciais e a implantação do regime online, por todo o mundo, houve esforços para reorganizar os sistemas de ensino. Embora muitos esforços de gestores, professores e estudantes para com os desafios de uma adaptação dos planos educacionais, nós tivemos resultados positivos e negativos diante desse novo modelo educacional sustentado pelas metodologias da educação online.

Para tanto, este trabalho parte do seguinte problema: quais as perspectivas e desafios da educação no tocante à inclusão e tecnologia num

¹ Educadora, Pedagoga, Bacharel em Educação Física, Especialista em Gestão e Implantação da Educação a Distância, Tutora na área de Educação com ensino superior, Formação em Coaching/Gestão de Pessoas e Gestora da Rede Municipal de Itaguaí – RJ/ e-mail: thaisribeiro.unopar@outlook.com

contexto pós-pandemia?

Para melhor nos aprofundarmos em nossa discussão, e responder nosso problema, nós dividimos esse trabalho nas três seções a seguir. Na primeira apresentamos o contexto desse artigo, um estudo sobre a inclusão e a tecnologia na perspectiva da pandemia. Na segunda apresentaremos a metodologia. Na terceira apresentaremos as discussões. Na quarta apresentamos as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Como encaminhamento metodológico, emprega-se à pesquisa um levantamento bibliográfico narrativo, contemplado pelo estudo exploratório, a partir de uma metodologia qualitativa, baseada na análise da obra de Vygotsky, *A Formação Social da Mente* (1984; 1991); de *Obras Escogidas: Fundamentos de Defectologia* (1997) e *A Defectologia e o Estudo do Desenvolvimento e da Educação da Criança Anormal* (2011). Os conceitos de Vygotsky foram articulados com o levantamento bibliográfico de artigos científicos atuais que abordam as mudanças na educação quanto ao uso das tecnologias digitais, a partir do período da pandemia do COVID-19.

2.1 PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nesta reflexão apresentamos a discussão sobre os pressupostos da educação inclusiva, além disso, apresentamos aspectos pedagógicos a serem considerados nas ações teórico-práticas dos docentes para atender alunos com quaisquer especificidades e peculiaridades. Aliás, a inclusão é você reconhecer e respeitar a individualidade de cada um, de forma a aceitar suas necessidades. Ela está relacionada aos princípios da equidade, igualdade e diversidade.

O conceito de educação inclusiva é analisado no campo dos direitos humanos, “[...] além de ser prerrogativa constitucional (BRASIL 1988) que assegura o direito de todos à educação[...].” (Prais; Rosa; Jesus, 2018). Além disso, os pressupostos da educação inclusiva não estão relacionados à garantia da matrícula, mas relacionada à aprendizagem dos conteúdos curriculares. Inclusive, segundo (UNESCO, 2020, Pg. 9)

temos como compromisso do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4), que é garantir “educação de qualidade inclusiva e equitativa”, para assim promovermos a aprendizagem de todos ao longo da vida.

Nesse sentido: “Os sistemas educacionais precisam atender às necessidades de todos os estudantes” (UNESCO, 2020, p. 22). A inclusão escolar não pode ser vista como algo inconveniente, como algo registrado somente em documentos normativos, ela precisa de fato ser posta em ação nos ambientes escolares, para tanto, é necessário mudarmos os discursos de muitos profissionais da educação ao se referir aos alunos com dificuldade da aprendizagem com palavras pejorativas, e sim modificar suas estratégias pedagógicas para que de fato todos os alunos aprendam os conteúdos mediados.

Nesse sentido, (PLETSCH, 2014) defende a importância de diversas práticas pedagógicas desenvolvidas a partir dos currículos escolares inflexíveis. Afirma ainda que “é importante ampliar as investigações científicas para analisar possibilidades e caminhos pedagógicos para o desenvolvimento educacional e social de crianças e adolescentes com deficiência” (PLETSCH; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2015, p. 46).

2.2 INCLUSÃO OU EXCLUSÃO EDUCACIONAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA À LUZ DA TEORIA DE VYGOTSKY

Com a pandemia COVID-19, foram postas restrições sociais, entre elas, e o fechamento das escolas durante o período de pandemia, o que repercutiu negativamente no desenvolvimento dos estudantes, que já começam a apresentar atrasos no desenvolvimento como déficits na construção da linguagem verbal e na expressão corporal (MATA *et. al.*, 2021; ARAÚJO, 2020). De acordo com (UNESCO, 2020b) o fechamento das escolas afeta 72% da população estudantil no mundo. A teoria sociointeracionista de Vygotsky (1991;1997) aponta um caminho para a compreensão de como essas transformações impactam os nossos estudantes e como será possível superá-las.

Vygotsky (1991) enfatizou a importância do contexto social e das interações no nascimento em sua pesquisa, afirmando que ao nascer, o ser humano é composto de funções mentais básicas que são imediatamente

determinadas por estímulos externos (ambiente) e estímulos internos (biologia).

Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento das funções cognitivas superiores é possibilitado pela mediação cultural porque: “Todas as funções superiores surgem da relação real entre os indivíduos humanos” (VYGOTSKY, 1991, p. 41). Nesse sentido, o processo de construção dos fenômenos psicológicos é entendido como algo em constante movimento, pois as mudanças sociais podem afetar o comportamento e a consciência do sujeito. Essa visão sócio-histórica do sujeito nos permite compreender que a consciência é construída e reconstruída nas interações com os outros (VYGOTSKY, 1991).

Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento das funções cognitivas superiores é possibilitado pela mediação cultural porque: “Todas as funções superiores surgem da relação real entre os indivíduos humanos” (VYGOTSKY, 1991, p. 41). Nesse sentido, o processo de construção dos fenômenos psicológicos é entendido como algo em constante movimento, pois as mudanças sociais podem afetar o comportamento e a consciência do sujeito. Essa visão sócio-histórica do sujeito nos permite compreender que a consciência é construída e reconstruída nas interações com os outros (VYGOTSKY, 1991).

Nesse sentido, Vygotsky (1991) nos diz que a condição humana não é conferida pela natureza, mas é construída a partir de processos históricos e culturais baseados nas interações do homem com o ambiente. Ou seja, o desenvolvimento de qualquer ser humano depende da sua relação com o outro e com o meio.

Para Vygotsky (1991), estratégias de ensino adequadas podem estimular o progresso disciplinar que não ocorre espontaneamente. Este é um dos seus principais conceitos, a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) nada mais é do que a distância entre o desenvolvimento real determinado pela resolução do problema de forma independente e o desenvolvimento potencial determinado pela solução proposta. Adultos ou trabalhando com outros.

Mediante esse conhecimento, o professor precisa conhecer bem o seu aluno a fim de planejar estratégias a partir de objetivos baseados em seu potencial, naquilo que ele é capaz de fazer sozinho e com a ajuda do outro.

O próprio desenvolvimento da criança “define as funções que amadureceram”. Como bem explica Vygotsky (1991, p.57), a zona de desenvolvimento proximal define funções “em processo de maturação”. Para ele, com essa abordagem, é possível explicar ciclos de maturação que se completaram e outros que ainda estão se formando. Assim, o estágio de desenvolvimento mais recente permite a compreensão do estágio de desenvolvimento da criança como dinâmico, entendendo que além do estágio alcançado, existem outros estágios no processo de maturação.

Ou seja, a verdadeira zona de desenvolvimento pode ser definida como um ciclo de desenvolvimento completo e a zona de desenvolvimento proximal como um nível em processo. “O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente” *ibid.*, p.57.

Sua proposta educacional reside na busca da valorização das interações e nos estímulos para que a educação não fique pautada na deficiência, mas que propicie o desenvolvimento das crianças com deficiência para além, para o que está por trás do caráter da deficiência (DE LIMA, Sonia Ribeiro; ROSSETO, Elisabeth; DE CASTRO, Solange, 2020, p. 25988).

A relação entre o desenvolvimento e o processo de aprendizagem é dinâmica. A aprendizagem escolar não é inerentemente acompanhada de desenvolvimento. Os primeiros, quando organizados, levam ao desenvolvimento psicológico, que pode iniciar diferentes processos desenvolvimentais, relações que de outra forma não poderiam ter ocorrido. O processo de aprendizagem precede o processo de desenvolvimento, o processo de desenvolvimento é mais lento, e é dessa sequência que surgem as regiões desenvolvidas mais recentemente.

Para Vygotsky (1991), a zona de desenvolvimento proximal é um aspecto essencial do desenvolvimento, pois vários processos de desenvolvimento são despertados apenas quando a criança interage com outras pessoas e coloca esses processos em ação. À medida que internaliza esses processos, a criança passa a realizá-los de forma independente.

No que diz respeito às escolas, Vygotsky (1991) propõe, como base de qualquer pedagogia, a ênfase na pedagogia especial, a cooperação com os outros. A função da escola é proporcionar aos alunos conhecimentos

sistemáticos para que cumpram seu papel social, garantindo o processo de humanização e aquisição do conhecimento. Ele procura sempre avaliar interações e estímulos com base no potencial e não nas falhas. Ele enfatizou que o sistema de aprendizagem é diferente de acordo com a especificidade de cada indivíduo.

Com a pandemia, o fechamento das escolas e a instrução remota, as crianças passaram por algum tipo de privação cultural, pois todas as suas interações sociais, incluindo diferentes ambientes como escolas, parques e academias, se limitaram a sua vida familiar. A família e a criança, ao ficarem confinadas em sua casa, podem acabar passando mais tempo com alguns membros da família do que com outros. Até mesmo porque as famílias assumiram o papel de escolarização dos filhos, mesmo sem preparo para tal função e tempo para executar a tarefa. (CIFUENTES-FAURA, 2020).

O cenário pandêmico, com certeza, foi muito pior para as crianças que vivem em situação de pobreza, pois para elas, a escola é o único lugar onde fazem suas refeições durante o dia. Além da escola ser também o espaço de socialização dos estudantes, de aprendizagem com seus pares. O processo de escolarização desse público foi mais prejudicado, já que, o ensino remoto exige ferramentas tecnológicas que não fazem parte da vida dos estudantes mais pobres. Um outro fator a ser considerado, é a formação dos pais desses estudantes, muitos deles analfabetos, logo não conseguem ocupar o papel de educador primário (CIFUENTES-FAURA, 2020).

2.3 O LEGADO DA PANDEMIA PARA EDUCAÇÃO

O dinamismo das informações e as práticas sociais transformam o conhecimento em moeda muito valorizada no mundo contemporâneo e exige constante atualização/aperfeiçoamento dos saberes do indivíduo, de modo a garantir a inserção na sociedade, repleta de incertezas e competitividade.

Neste contexto, a educação tem seu papel repensado, em virtude das novas competências exigidas e das necessidades de formação diferenciada e continuada do indivíduo inserido numa dimensão de aprendizagem ao longo da vida. Tal realidade demanda novas concepções de

educação por meio de uma aprendizagem constante e permanente, visando promover condições para o indivíduo atuar, participar e modificar sua realidade, acompanhando criticamente as grandes transformações que a revolução tecnológica acarretou.

O uso das tecnologias digitais é iminente, e estão transformando as relações humanas em todas as suas dimensões. Isto faz com que a apropriação desses meios de comunicação para a construção do conhecimento mobilize os educadores no sentido da seleção e utilização mais adequada dessas novas tecnologias.

É importante analisarmos o contexto do ensino *online* utilizado de maneira emergente durante a pandemia, o ensino remoto adotado por muitas redes de ensino em resposta à pandemia do COVID-19. De acordo com Joyce et al. (2020) o ensino remoto se diferencia do Ensino a Distância (EAD) pela circunstância em que a tecnologia passa a ser utilizada em resposta à substituição das aulas presenciais. O ensino remoto é o uso da tecnologia em prol de aulas elaboradas para o formato presencial; já a EAD são aulas online disponibilizadas através de videoaulas, a disponibilização de materiais em plataformas específicas, ou seja, há um planejamento para que o aluno aprenda com recursos disponibilizados de maneira online (Arruda, 2020).

O cenário pandêmico exigiu do Mundo novas soluções educacionais, de maneira, emergente através das tecnologias digitais de rede (TDR), que foram adotadas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos a partir da educação básica. Diante do fato, é possível afirmar que a pandemia deixa um legado favorável em relação ao sistema educacional que ficou mais dinâmico através da construção de soluções em conjunto.

Os professores reinventaram suas práticas pedagógicas reposicionando sua função de mediador e não mais de transmissor do conhecimento. Vivemos um tempo em que a docência trocou as suas ferramentas de trabalho, deixando o quadro e o giz em troca do computador ou aparelho celular.

Os alunos, juntamente com seus pais romperam os desafios ao se relacionarem com a tecnologia de maneira educativa e não somente recreativa. Houve de fato, uma nova maneira de interagir com os colegas e professores, ou seja, de se socializarem.

Entretanto, essas barreiras não foram vencidas por todos, já que muitos alunos não conseguiram ter acesso à internet e nem mesmo aos aparelhos eletrônicos. Esse fato está trazendo a discussão da priorização curricular, para de fato, recuperarem os conhecimentos acadêmicos dos nossos alunos. Esse público, com certeza foi excluído do processo ensino e aprendizagem.

Um outro ponto a ser discutido é com relação a dinamicidade que a tecnologia trouxe às aulas, já que com as tecnologias digitais os alunos passaram a ter contato com o conteúdo em diversas mídias, favorecendo o aprendizado de mais alunos de acordo com o conceito de Desenho Universal para Aprendizagem.

A premissa central e prática do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é a de que o currículo deveria incluir alternativas que o tornasse acessível e apropriado para indivíduos com diferentes bagagens, estilos de aprendizagem, capacidades e deficiências em uma ampla variedade de contextos. O “Desenho Universal não significa uma solução única para todos. Ao contrário, ele reflete uma consciência sobre a natureza única de cada aprendiz e a necessidade de se acomodar às diferenças, criando experiências de aprendizagem que sirvam aos aprendizes e maximizem suas habilidades para progredir (SANTOS, 2015, p.20).

Nesse contexto, o legado deixado pelo impacto da COVID-19 sobre a educação nos faz analisar as mudanças emergentes nos processos educacionais que ao mesmo tempo em que são promissores revelam incertezas sobre a eficácia do aprendizado dos alunos mediados pelas tecnologias digitais. Com certeza, a eficácia do ensino remoto dependeu de muitas variáveis perpassando pela motivação do aprendiz, o acesso a aparelhos eletrônicos e a internet, o acesso a conexão de qualidade, a competência digital dos professores, a criatividade dos mesmos; enfim, uma série de variáveis determinaram a aprendizagem dos nossos estudantes.

3. DISCUSSÃO

Não há como ignorar que, as aulas remotas e a consequente apropriação do uso do computador como ferramenta pedagógica, abriu-se um leque de recursos e estratégias que não apenas modificam, mas auxiliam

e fomentam o processo de aprendizagem e, notadamente, o processo de autoaprendizagem. Entretanto, o uso de tecnologias não é garantia de ensino inovador ou de qualidade, que desperte no aluno o desejo do saber. É preciso ter em mente que seu uso apenas vai potencializar o que já existe no espaço virtual. Daí a importância de se criar ambientes de aprendizagens significativas e colaborativas, visando a construção de novos conhecimentos através de práticas reflexivas, relevantes e contextualizadas.

A própria Conferência Nacional de Educação – CONAE – chama a atenção para a formação de professores instrumentalizados para com o uso das ferramentas digitais, estratégias pedagógicas de acordo com o contexto que a pandemia nos trouxe. O documento afirma que:

[...]a formação Inicial e continuada deve ir além da adição de novos conhecimentos e habilidades técnicas e tecnológicas: necessita favorecer uma mudança de paradigma que permita ao professor fazer uma reconstrução do seu papel e propósito. Na educação do século XXI, o professor precisa deixar de ser um fornecedor de conteúdo, para assumir a função de mediador e assegurador da aprendizagem (CONAE, 2021, p. 47).

O documento é claro ao dizer o tipo de professores que necessitamos para formação de alunos mais autônomos e protagonistas de sua aprendizagem. E não mais um aluno que absorve conteúdos acadêmicos para fins avaliativos, necessitamos de alunos críticos e que saibam traçar suas próprias estratégias para aprendizagens, alunos engajados com os problemas da sua realidade e prontos a construir solução para eles.

De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR, 2019), apenas 22% dos professores brasileiros participaram de cursos de formação para o uso de computadores. Entretanto, muitos deles, por meio de tutoriais utilizaram sistemas de videoconferência, gerenciadores de cursos online, recursos para facilitar as avaliações; ou seja, os professores se reinventaram para fazerem uso de recursos tecnológicos para levar o conteúdo para os seus alunos.

Entretanto, Silva Monteiro (2020) aborda a necessidade da formação docente para o uso das práticas pedagógicas através dos recursos tecnológicos. De modo que, o professor crie seu ambiente digital inovador, com sua identidade. O modelo de formação dos professores precisa ser pensado para a atualidade diante dos desafios que temos atualmente, um

aprendizado e outros estagnaram em seus conhecimentos ou mesmo retardaram os mesmos com a falta da mediação das aulas presenciais.

Aliás, com base nos estudos de Vygotsky (1998) discutidos aqui, no contexto sociointeracionista a concepção de ensino e aprendizagem não está relacionada à presença física de um professor, mas sim do próprio ambiente e dos significados que rodeiam o mundo cultural do estudante.

Pensando desta maneira, é fato que o país necessita de políticas públicas que abordem a temática da substituição das aulas presenciais para as aulas mediadas por tecnologias digitais de maneira que todos tenham acesso à educação e não somente a uma pequena parcela da população. O país necessita estar preparado para implantar a tecnologia dentro das nossas escolas. Por outro lado, o país ganhou um novo capítulo na história em relação ao uso das tecnologias digitais no processo de escolarização dos nossos alunos. O que de fato, levaria anos para acontecer, se não fosse a pandemia do COVID-19.

Neste momento o que necessitamos é continuarmos com essa essência de criatividade e inovação para mantermos nossos alunos engajados no processo de aprendizagem e de ações para recuperar a aprendizagem daqueles alunos que não conseguiram acompanhar as aulas remotas por questões já citadas neste estudo. Desse modo, conseguiremos a equidade em relação à educação nas escolas brasileiras.

Conclui-se que um novo desenho de interações sociais, possivelmente, surgirá com o período pós pandemia. Logo pesquisas futuras serão imprescindíveis para entendermos esse processo que impacta o desenvolvimento dos estudantes no cenário atual.

REFERÊNCIAS

Almeida, B. O. & Alves, L. R. G. (2020). **Letramento digital em tempos de COVID-19: uma análise da educação no contexto atual**. Debates em Educação, 12(28). [GS Search]

ARAÚJO, J. N. G. DE. **Infância e Pandemia**. *Caderno de Administração*. v. 28, p. 114-121, 5 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53733>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

Arruda, E. P. (2020). **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**.

EmRede - Revista de Educação a Distância, 7(1), 257-275. [GS Search]

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 88, de 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

CIFUENTES-FAURA, J. **Consecuencias en los niños del cierre de escuelas por Covid- 19: el papel del gobierno, profesores y padres.** Revista Internacional de Educación para la Justicia Social, Madrid, v. 9, n. 3e, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uam.es/riejs/article/view/12216/12089>>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

Brasil. (2021). **Documento Referência da CONAE 2022. Inclusão, Equidade e Qualidade: compromisso com o futuro da Educação Brasileira.** Brasília, DF. 2021. Recuperado de: http://fne.mec.gov.br/imagens/conae2022/documentos/DOCUMENTO_REFERENCIA_CONAE_2022_APROVADO_30_07.pdf. Acessado em 29/10/2021.

DE LIMA, Sonia Ribeiro; ROSSETTO, Elisabeth; DE CASTRO, Solange. **O estudo da defectologia sob a perspectiva de Vygotsky.** Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 5, p. 25977-25992, 2020.

JOYCE, C. R., Moreira, M. M., & Rocha, S. S. D. (2020). **Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19.** Research, Society and Development, 9(7), e521974299-e521974299. doi: 10.33448/rsd-v9i7.4299 [GS Search]

MATA, Alice Abreu da. et al. **Impacto da Pandemia do Covid-19 na Saúde Mental de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão Integrativa.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.1, p. 6901-6917 Jan. 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/23381>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

Pletsch, M. D., Oliveira, M. C. P., & Araújo, D. F. (2015). **Considerações sobre a escolarização de crianças e jovens com deficiência intelectual. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade,** 2(3), 39-49.

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; ROSA, Hallison Fernando; JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e inclusão educacional: percepções de docentes da educação básica. Roteiro,** [S.L.], v. 43, n. 1, p. 317-344, 11 abr. 2018. Universidade do Oeste de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.18593/r.v43i1.14509>. Disponível em: <<https://unoesc.emnuvens.com.br/roteiro/article/view/14509https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/14509>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SANTOS, M. P. **Desenho Universal para a Aprendizagem**. In: Capellini, Simone A.; Mousinho, Renata; ALVES, Luciana Mendonça (org.). *Dislexia: Novos temas, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: WAK, 2015.

SILVA, M. S. (2020). **(Re)inventar educação escolar no Brasil em tempos da COVID-19**. *Revista Augustus*, 25(51), 237-254. doi: 10.15202/1981896.2020v25n51p237 [GS Search]

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação, 2020**. Disponível em: Relatório de monitoramento global da educação – resumo, 2020: Inclusão e educação: todos, sem exceção - UNESCO Digital Library. Acesso em 14 out. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____, L. S. **A formação social da mente**. [recurso eletrônico]. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____, L. S. **Obras Escogidas** [recurso eletrônico]: Fundamentos de Defectología. Madrid: Visor, 1997.

_____, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 863-869, 2011.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Kley Baumgartner Câmara Pinheiro - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay; Especialista em Cinema pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Graduado em Educação Artística com Licenciatura Plena Artes Cênicas pela UFRN; com capacitações em Gamification pela University of Pennsylvania; Game Design e Roteiro pela California Institute of the Arts; Introduction to Self-Determination Theory pela University of Rochester; Reaprendizagem Criativa pela Keep Learning School; Recursos Educacionais da Khan Academy pela Fundação Lemann e Desenvolvimento de Startups pela 49 Educação. Criador da metodologia ativa Jogabilização. Email: jogabilizacao@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9188632145279524>.

Hérika Cristina Oliveira da Costa - Mestranda em Educação – (Univerdidad Columbia del Paraguay). Graduanda em Tecnologia da Educação – (Faculdade Estácio de Sá). Especialista em EAD – Tutoria pela Universidade Internacional de Curitiba – (UNINTER). Especialista em Gestão Educacional e Supervisão - (FAEL). Graduada em Matemática pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Pará (UEPA). Professora da Prefeitura de Carapebus – RJ. Professora do Colégio INSG - Rede Salesiana – RJ/Macaé. Membro da diretoria comissão Provisória Sepe núcleo Macabu – RJ. E-mail: h_co_c@hotmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8122928123477417>.

